

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

KATIA HELENA BRAGA SOARES

**O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: UMA POLÍTICA PÚBLICA POR
EXCELÊNCIA**

**Santana do Livramento
2022**

KATIA HELENA BRAGA SOARES

**O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: UMA POLÍTICA PÚBLICA POR
EXCELENCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^a. Dra. Lucélia Ivonete Juliani

**Santana do Livramento
2022**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

351

S676p Soares, Katia Helena Braga

O Programa Minha Casa Minha Vida: Uma política pública por excelência / Katia Helena Braga Soares.

69 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa, CIÊNCIAS ECONÔMICAS, 2022.

"Orientação: Lucélia Ivonete Juliani".

1. Programa Minha Casa Minha Vida. 2. Habitação. 3. Déficit Habitacional. I. Título.

KATIA HELENA BRAGA SOARES

**O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: UMA POLÍTICA PÚBLICA POR
EXCELÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 05 de agosto de 2022.

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Lucélia Ivonete Juliani
Orientadora
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Altacir Bunde
(UNIPAMPA)

Prof.^a Dra. Angela Quintanilha Gomes
(UNIPAMPA)

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus, por ter me dado saúde, força e coragem durante essa caminhada.

Agradeço aos meus pais, Jorge Soares e Romilda Soares por todo apoio, não somente neste período, mas durante a vida. Obrigada por me incentivar a lutar pelo que eu quero e sempre me apoiar nas minhas escolhas. Também a minha irmã Joice, por sempre estar presente e com boas conversas para descontraír.

Ao meu companheiro Athos, por todo carinho, parceria e apoio no período de elaboração deste trabalho.

Aos professores da Universidade Federal do Pampa por todo conhecimento passado, em especial minha orientadora Lucélia, por toda paciência e dedicação, mostrando-se sempre disposta em me ajudar e confiando em mim.

Por fim, a todos meus familiares e amigos que de alguma forma vieram a contribuir para a realização deste trabalho.

RESUMO

A falta de uma moradia digna para a população é um grande problema que perdura no país, causando dificuldades no desenvolvimento econômico e social. Dessa forma, o PMCMV veio para amenizar esse déficit habitacional, onde a população que recebia entre zero e dez salários mínimos tiveram a possibilidade de adquirir sua própria moradia com as facilidades que o programa proporcionava. Nesse sentido, surge o interesse de estudar e entender o programa para verificar quais foram os efeitos gerados pelo mesmo. O objetivo do presente estudo é analisar qual foi o alcance atingido pelo Programa Minha Casa Minha Vida de 2009 até 2020 no Brasil. Foi utilizada a pesquisa descritiva com uma revisão bibliográfica e documental para apresentar as políticas habitacionais e a construção do programa, além da coleta de dados secundários que serão utilizados para construção dos mapas de calor, e os mesmos dão apoio para analisar a evolução do programa. Os resultados obtidos apontam uma disparidade entre os estados, no qual alguns tiveram mais valores oriundos do programa do que outros; logo, os mais impactados com o programa contaram com mais unidades contratadas e entregues e, conseqüentemente, o mesmo aconteceu nas unidades distratadas.

Palavras-chave: Programa Minha Casa Minha Vida. Habitação. Déficit Habitacional.

ABSTRACT

The lack of decent housing for the population is a major problem that persists in the country, causing difficulties in economic and social development. Thus, the PMCMV came to ease this housing deficit, where the population that earned between zero and ten minimum wages had the opportunity to purchase their own homes with the facilities that the program provided. In this sense, the interest in studying and understanding the program arises to verify what effects it has generated. The objective of the present study is to analyze the scope achieved by the Minha Casa Minha Vida program from 2009 to 2020 in Brazil. Descriptive research was used with a literature and document review to present the housing policies and the construction of the program, in addition to the collection of secondary data that will be used to build the heat maps, and they provide support to analyze the evolution of the program. The results obtained point to a disparity among the states, in which some have had more money coming from the program than others; therefore, those most impacted by the program have had more units contracted and delivered, and consequently, the same has happened with the distanced units.

Keywords: My House, My Life Program. Housing. Housing Deficit.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapas das quantidades de habitações entregues no PMCMV por estado no período de 2009 a 2012	57
Figura 2: Mapas das quantidades de habitações entregues no PMCMV por estado no período de 2013 a 2016	59
Figura 3: Mapas das quantidades de habitações entregues no PMCMV por estado no período de 2017 a 2020	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado de Acre de 2009 até 2020	30
Gráfico 2: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado de Alagoas de 2009 até 2020	31
Gráfico 3: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado de Amazonas de 2009 até 2020	32
Gráfico 4: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado de Amapá de 2009 até 2020	33
Gráfico 5: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado da Bahia de 2009 até 2020.....	34
Gráfico 6: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Ceará de 2009 até 2020	35
Gráfico 7: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Distrito Federal de 2009 até 2020.....	36
Gráfico 8: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Espírito Santo de 2009 até 2020	37
Gráfico 9: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Goiás de 2009 até 2020	38
Gráfico 10: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Maranhão de 2009 até 2020.....	39
Gráfico 11: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado de Minas Gerais de 2009 até 2020.....	40
Gráfico 12: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Mato Grosso do Sul de 2009 até 2020	41
Gráfico 13: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Mato Grosso de 2009 até 2020	42
Gráfico 14: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Pará de 2009 até 2020	43
Gráfico 15: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Paraíba de 2009 até 2020	44
Gráfico 16: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Pernambuco de 2009 até 2020	45

Gráfico 17: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Piauí de 2009 até 2020.....	46
Gráfico 18: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Paraná de 2009 até 2020	47
Gráfico 19: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Rio de Janeiro de 2009 até 2020.....	48
Gráfico 20: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Rio Grande do Norte de 2009 até 2020.....	49
Gráfico 21: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado de Rondônia de 2009 até 2020	50
Gráfico 22: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado de Roraima de 2009 até 2020	51
Gráfico 23: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Rio Grande do Sul de 2009 até 2020	52
Gráfico 24: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado de Santa Catarina de 2009 até 2020	53
Gráfico 25: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado de Sergipe de 2009 até 2020	54
Gráfico 26: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado de São Paulo de 2009 até 2020	55
Gráfico 27: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Tocantins de 2009 até 2020	56
Gráfico 28: Oscilações das quantidades de habitações que foram contratadas e entregues no período de 2009 a 2020.	61
Gráfico 29: Percentuais dos valores das operações por região no período de 2009 a 2020.	62
Gráfico 30: Percentual da população brasileira por região.	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Faixas de salários.....	24
--	-----------

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 OBJETIVOS.....	14
1.1.1 Objetivo Geral.....	14
1.1.2 Objetivos Específicos	14
1.2 JUSTIFICATIVA.....	14
1.3 METODOLOGIA	15
2. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	16
2.1 Definição políticas públicas	17
2.2 Programas de habitação no Brasil.....	19
2.3 O Programa Minha Casa Minha Vida	22
3. ANÁLISE DOS RESULTADOS	28
3.1 Análise sobre quantidades iniciais, contratadas, distratadas e entregues....	29
3.2 Análise de habitações entregues em todo território brasileiro	56
3.3 Análise dos valores das operações destinada a cada região brasileira	61
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67

1. INTRODUÇÃO

A moradia além de atender uma necessidade social ela também auxilia na questão psicológica, política e cultural; desta maneira, o valor de uma casa própria para uma família de baixa renda é muito maior que seu valor econômico. A questão do déficit habitacional no Brasil é uma dificuldade social, onde se transformou em um problema ainda maior quando se iniciou as favelas nos morros do Rio de Janeiro, o que acabou e acaba danificando as ações do governo em buscar uma melhoria no desenvolvimento socioeconômico do país (D'AMICO, 2011).

Desta forma, uma política pública que tenha por propósito amenizar o déficit habitacional terá como resultado uma melhora no crescimento no país; onde políticas públicas são ações, propostas de mudanças na atuação do governo; ou seja, é um conjunto de decisões direcionadas a um equilíbrio social e alteração de determinada realidade (MENEZES; MOURÃO, 2017).

Conforme Menezes e Mourão (2017) exclusivamente no Brasil foram poucos os programas ou políticas públicas desenvolvidas a atender as demandas na área habitacional; desta forma, transformou-se em um desafio o direito a uma moradia apropriada.

No final do século XX se observa uma maior intervenção do governo na área habitacional, desejando atender as necessidades e expectativas da população. Já no início do século XXI ocorre a criação da Política Nacional de Habitação, desenvolvida pela Secretaria Nacional de Habitação, com o objetivo de mitigar as necessidades habitacionais e assim ter um avanço no acesso à moradia. Foi criado então no ano de 2009 o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV com o foco de ter uma redução do déficit habitacional brasileiro (MENEZES; MOURÃO 2017; RODRIGUES, 2018).

De acordo com Rodrigues (2018) o programa definia uma faixa de renda aos participantes de um a dez salários mínimos, onde aqueles que possuíam até seis salários mínimos teriam o privilégio dos subsídios habitacionais e os que possuíam renda de seis a dez salários teriam vantagens especiais de financiamento através do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Já no início do Programa Minha Casa Minha Vida existia uma certa preocupação em relação à segregação espacial, onde poderia acarretar problemas em unidades habitacionais por serem longes dos centros urbanos e assim acontecer o mesmo que em programas habitacionais anteriores (JESUS; DENALDI,2018).

Segundo Ferreira, Calmon, Fernandes e Araújo (2019) o Programa Minha Casa Minha Vida oficializou e centralizou políticas antes dispersas e que não tinham continuação, o programa foi uma marca onde englobou vários subprogramas, linhas de financiamentos, agentes financeiros, entre outros, visando a obtenção da casa própria para famílias com poucos recursos.

Sendo assim, o presente estudo leva ao pesquisador a seguinte averiguação: Qual foi o alcance do Programa Minha Casa Minha Vida no período de 2009 a 2020 no Brasil?

1.1 OBJETIVOS

Nesta seção serão apresentados os objetivos, nos quais irão conduzir para o desenvolvimento desta pesquisa. Inicialmente, será apresentado o objetivo geral, logo em seguida os três objetivos específicos.

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a evolução do programa Minha Casa Minha Vida no período de 2009 a 2020 no Brasil.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a. Apresentar o programa Minha Casa Minha Vida.
- b. Analisar os resultados alcançados pelo programa PMCMV em âmbito estadual e nacional.
- c. Verificar a evolução do PMCMV através de mapas de calor com vistas a entender o alcance do programa.

1.2 JUSTIFICATIVA

A importância do tema escolhido se dá por ser um programa de grande alcance a população e uma referência no Brasil. Visto que, um financiamento em bancos privados não estaria ao alcance de todos para conquistar a casa própria, e o programa veio para impulsionar a construção civil e também realizar o sonho da população de enfim ter a sua própria moradia (RODRIGUES, 2018).

Dada essa importância, a habitação para famílias com baixa renda apresenta muitas vantagens, visto que, boa parte da sua renda não será mais destinada a gastos com despesas de aluguel; e no que tange ao bem-estar social irá apresentar pontos

positivos, pois o fato de ter uma moradia representará para as famílias de baixa renda uma virtude, onde passarão a não estar em estado de exclusão social a serviços considerados mínimos. Além do aspecto social que é o mais relevante, o fato de uma família ter sua própria moradia ajudará nas necessidades culturais, psicológicas e políticas (D'AMICO, 2011).

Rodrigues (2018) considera que o programa veio para sanar ou amenizar o déficit habitacional da população brasileira, dado que, uma parte considerável da população reside em barracos onde não tem saneamento básico e nem atendimento de energia elétrica.

O Programa Minha Casa Minha Vida veio também para desenvolver o crescimento do país, estimulando a construção civil brasileira; que é um campo que utiliza uma mão de obra de baixa qualificação, porém, no PIB tem uma relevante participação.

Desta maneira, o programa buscou principalmente assistir aquelas famílias que tinham poucos recursos para obtenção de uma moradia decente, dado que nenhum outro programa habitacional teria colaborado tanto para ajudar essa população.

Por fim, vale salientar um interesse da autora em estudar e pesquisar o Programa Minha Casa Minha Vida no período em que esteve vigente no Brasil, devido a importância de que toda a população é merecedora de ter uma moradia digna e a vários anos busca-se findar esse déficit habitacional, é que foi dado o interesse pela pesquisa. Deste modo, a pesquisa busca analisar quais os resultados que foram obtidos após a implementação do programa.

1.3 METODOLOGIA

O método utilizado nesta pesquisa é o método dedutivo. De acordo com Gil (2008) é o método que vai partir do geral para o particular, onde parte de fontes assumidas como verdadeiras e facilita na chegada da conclusão. O raciocínio dedutivo tem por finalidade esclarecer os conteúdos das premissas, onde por meio da construção lógica irá se apoiar em duas premissas e logo obter uma terceira, assim denominada de conclusão (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Segundo a natureza deste estudo, ela é uma pesquisa aplicada, que para Prodanov e Freitas (2013) tem como finalidade criar conhecimentos, tendo em vista aplicação prática direcionando à solução de problemas específicos.

A abordagem utilizada para responder o problema de pesquisa é a quantitativa, na qual a técnica utilizada é a coleta de dados numéricos. Onde de acordo com Prodanov e Freitas (2013) uma pesquisa quantitativa demanda o uso de meios e técnicas estatísticas e econométricas, onde irá representar em números os conhecimentos gerados e estudados pelo pesquisador.

Quanto aos objetivos é caracterizada por uma pesquisa descritiva, conforme Gil (2002) na abordagem descritiva procura-se apresentar características de uma certa população ou fenômeno ou, ainda, a determinação de relação entre variáveis. Na pesquisa descritiva o pesquisador irá observar, registrar, analisar e ordenar os dados, sem que haja manipulação dos dados, ou seja, sem intervenção do pesquisador.

Para alcançar os objetivos específicos utilizados nessa monografia as técnicas empregadas foram: pesquisa bibliográfica e documental, coleta de dados, tratamento estatístico de dados e aplicação de procedimentos estatísticos.

No que se refere a pesquisa bibliográfica, segundo Fonseca (2002) e Prodanov e Freitas (2013) foram pesquisados e utilizados artigos científicos, livros e monografias já publicadas. Desta forma, foi possível realizar seções deste trabalho onde a sua natureza foi uma revisão bibliográfica.

Conforme Fonseca (2002) a pesquisa documental utiliza as fontes mais diversificadas, como tabelas estatísticas, jornais, revistas, etc. Nesta pesquisa buscou-se realizar uma coleta de dados através do portal brasileiro de dados abertos, que orientaram a pesquisa documental. Segundo Prodanov e Freitas (2013) métodos estáticos possibilitam uma definição quantitativa, considerada como um todo; logo, os métodos estatísticos fornecem apoio às conclusões obtidas.

2. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

Neste capítulo será apresentado o referencial teórico onde servirá de base para a construção do presente trabalho. O mesmo desdobra-se em três seções: primeiro será apresentado de forma geral uma definição de políticas públicas; logo os programas de habitação que foram realizados no Brasil e finalmente na última seção será apresentado o Programa Minha Casa Minha Vida.

2.1 Definição políticas públicas

É nos Estados Unidos que surgem as políticas públicas enquanto ensino acadêmico e área do conhecimento, onde interrompe as fases que eram seguidas pela Europa nesta área, visto que, a mesma era voltada em se concentrar nas análises sobre o Estado e suas organizações do que nos rendimentos do governo, isto é, a Europa tinha toda uma tradição a seguir. Desta forma, a área de políticas públicas na Europa vai aparecer como uma abertura dos trabalhos que tem por base os princípios explicativos referentes ao papel do Estado e de uma das mais significativas instituições, o “governo”, declarado como o criador de políticas públicas (SOUZA, 2006).

Em um sentido figurado é possível dizer que direitos sociais e as políticas públicas pertencem a mesma coisa, sendo assim, para realizar um direito social garantido constitucionalmente, será por meios de políticas públicas a sua realização; podendo no momento do desenvolvimento das mesmas ser exigido do poder executivo ou do poder legislativo a sua criação, assim por meio de políticas públicas o estado se verá na obrigação de executar os direitos garantidos por lei para os mais desfavorecidos (MENDES; PAIVA 2017).

Na avaliação de Souza (2006), ela acredita que a área de políticas públicas pode contar com quatro grandes precursores, que foram: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton; e para ela não existe somente uma definição, e nem uma melhor para explicar o que seja política pública. Desta forma, sob a perspectiva teórico-conceitual, a política pública e a política social, de forma geral e particular, respectivamente, são campos multidisciplinares; e seu objetivo está nos esclarecimentos sobre a natureza da política pública e seus procedimentos. Sendo assim, pode-se sintetizar política pública como o campo do conhecimento que procura colocar o governo em ação ao mesmo tempo analisar essa ação; e se for preciso, sugerir alterações no rumo ou curso dessas ações.

De acordo com Nunes (2019), descrever a verdadeira definição de política pública é algo complexo, e a conclusão que se chega é de que não existe uma definição correta e única, mas sim várias maneiras de pensar no papel dos governantes na solução dos problemas sociais. Desta forma, o governo tem escolhas que influem no resultado da política, e seus meios de poder dão a possibilidade de controle na boa decisão.

Já para Mendes e Paiva (2017), a definição de algo como política pública submete-se essencialmente ao fato de ser concretizado pelo governo, assim será a estrutura política a responsável pelo percurso de determinado Estado. O autor entende que a política pública é um programa, ou seja, é um conjunto sistematizado de ações, a adjetivação de que se refere a ações do governo, assim dizendo, levadas a realizar ao menos as prioritárias pelo Estado e em suma os objetivos, que devem ser principalmente relevantes. Desta maneira, observa-se uma clara conexão entre políticas públicas e direitos básicos sociais, dado que as primeiras são o caminho para a realização dos segundos.

Secchi (2016) argumenta que o estudo sobre políticas públicas tende a aperfeiçoar o processo decisório público, uma vez que, com a utilização de técnicas de pesquisa de problemas e análises de saída irá ajudar na decisão e formação de políticas, programas, leis, campanhas, projetos ou ações públicas.

Nunes (2019) também aponta que as políticas públicas são determinadas pelas ações e pareceres políticos. Baseado nessas ações e pareceres o Estado governa as atividades que são voltadas as questões políticas, sociais e econômicas. Com esse intuito, compete ao governo a responsabilidade de centralizar políticas públicas que tenham um impacto positivo na sociedade, isto é, realizar ações governamentais que atendam a demanda da população.

Para que uma política pública seja criada os governantes precisam colocar em ação seus planos e projetos, para então acarretar em resultados e mudanças. Desta maneira, uma política pública depois de determinada ela é elaborada, logo após será fracionada em programas, estratégias, projetos, conjunto de informação e pesquisa ou base de dados; e por fim quando elas forem colocadas em atuação, serão instaladas, e conseqüentemente sujeitas a um método que serão acompanhadas e avaliadas (SOUZA, 2006).

Secchi (2016) menciona que a primeira etapa do ciclo da política pública é a constatação do problema público, assim uma política pública irá surgir para fazer objeção a um problema; seja o problema já formado ou evidente. Desta forma, essa constatação do problema em geral será realizada pelos próprios grupos que foram afetados pelo problema ou por meios de comunicação quando realizam acusações de situações preocupantes, ou interesse de melhora. Ainda de acordo com o autor, ele discorre que o problema público está para a doença, bem como a política está para a

cura; ou seja, é necessário identificar a doença para então ser feita uma prescrição para a cura.

Para atacar um problema será utilizado uma política pública com um plano elaborado para enfrentar o mesmo; para definir uma política pública se utiliza de um conceito enigmático que irá se concretizar com meios determinados como: programas, leis, campanhas, ações, recursos, etc. Desta forma, para acabar com um problema, somente enfrentando o mesmo com uma política pública, para que então seja amenizado, ou até mesmo encontrar uma solução para que seja resolvido (SECCHI, 2016).

Conforme Mendes e Paiva (2017), da mesma forma que identificam as políticas públicas como figura de um dever estatal de fixar direitos para a sociedade, também é de se considerar a perspectiva de que caberá aos poderes políticos, de maneira arbitrária estabelecer meios de realizar esses deveres. Desta forma, a obrigação de realizar uma política pública criadora de um direito social não está atrelada ao fato de esse direito estar antecipado em uma ordem de eficácia plena, inclusa ou limitada, todavia, será no momento da cobrança dessa efetivação que vai ocorrer uma alteração entre a versão mediata e sua exigibilidade.

Na próxima seção serão apresentados os programas habitacionais desenvolvidos no Brasil.

2.2 Programas de habitação no Brasil

Para D' Amico (2011), o valor social que uma casa própria transmite para uma família é muito maior que o valor econômico, dado que, uma pessoa com moradia visa a preocupar-se mais com outros aspectos, como os relacionados à educação, saúde, trabalho, etc, se afastando do mundo do crime e do ócio improdutivo.

Logo, o desejo de ter a casa própria não é algo visto somente nos dias de hoje por uma parcela da população, é um sonho que perdura desde os tempos do Império, especialmente por uma parcela da população considerada mais pobre (D'AMICO, 2011).

Rodrigues (2018) menciona que a falta de condição financeira é algo que restringe muito o poder de adquirir um imóvel ou até mesmo alugar uma residência; assim surge o déficit habitacional, que está diretamente ligado às carências de moradias; pois na prática, não se encontram casas que sejam suficientes às necessidades da população brasileira.

Junior, Dutra, Lopes e Rodrigues (2014) argumentam que o déficit habitacional está diretamente ligado às deficiências de estoque de habitações, onde são incluídas aquelas que não tem condições alguma de serem habitadas, envolvendo ainda uma convivência familiar forçada, quando ocorre o fato de mais de uma família residir em uma mesma casa ou até mesmo várias pessoas terem que utilizar o mesmo cômodo.

Desta maneira, em uma sociedade extremamente hierarquizada e desigual como a brasileira, não é possível padronizar a urgência de uma moradia para uma determinada família de acordo com a sua renda, pois as demandas habitacionais são várias nos diferentes segmentos sociais e, além do mais, variam e se modificam com a própria dinâmica da sociedade. Portanto, para sanar o déficit habitacional é necessário a construção de novas moradias, para então solucionar adversidades sociais e específicas de habitação detectados em certos momentos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018).

De acordo com D'Amico (2011), ao longo da história existiu inúmeras medidas que foram utilizadas pelos governos buscando diminuir os problemas com habitação, englobando inclusive quem possuía uma renda baixa, onde esse bem é de grande relevância e representatividade na vida dos brasileiros.

Na concepção de Rodrigues (2018), no Brasil, a questão habitacional nunca foi uma prioridade pelo governo, e aquela população que tinha uma mínima condição ia em busca de uma casa para alugar, mesmo que fosse em condições desfavoráveis. Segundo o autor, em 1937 foi liberado aos institutos de pensão disponibilizar até 50% dos seus estoques para construir moradias e financiamentos, porém, a situação da população era tão delicada que essa ação acabou não acarretando em uma considerável melhoria, pois essa população praticamente não tinha ajuda das organizações.

No governo de Eurico Gaspar, em 1946, foi desenvolvida a fundação casa popular, onde tinha por finalidade utilizar meios da união, nos quais seriam destinados a construir, financiar e até mesmo adquirir propriedades tanto na zona urbana, como na rural. Por volta dos anos 60 a fundação casa popular e os institutos de pensão tiveram seu fim, assim, acabou que ocorreu a criação do Sistema Financeiro de Habitação – SFH, e o Banco Nacional de habitação – BNH; onde os dois surgiram para unir as políticas habitacionais, porém, agora a nível federal. No propósito de continuar os projetos habitacionais, foi determinado no governo de Fernando Collor

de Mello, em 1990, o plano de ação imediata para habitação, buscando amenizar os déficits que existiam na época (RODRIGUES, 2018).

A rigorosa política habitacional do Banco Nacional da Habitação (BNH) indica que durante a sua existência 4,5 milhões de moradias aproximadamente foram financiadas, $\frac{1}{4}$ de toda a produção, abrangendo a produção informal. Porém, os que tiveram mais benefícios foram os indivíduos de classe média, onde foi construído conjunto habitacional popular em área periférica, e os que possuíam menor renda foram abandonados em favelas e loteamentos extremamente precários (AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015).

Já no mandato de Fernando Henrique Cardoso foram elaborados dois programas novos com acesso a empréstimo, onde eram chamados de: carta de crédito associativa e carta de crédito individual; este programa de carta de crédito associativa era atribuído a empresas que tinham a finalidade de construir os conjuntos habitacionais, e o programa carta de crédito individual era atribuído à pessoa física, com destino a reformar um imóvel ou adquirir um imóvel, ou até mesmo de comprar material para construir. Já no século XX foi estruturado o Sistema Financeiro Imobiliário – SFI, onde foi criado um projeto novo que poderia ser usado como uma fonte de apoio a poupança privada livre e a externa (RODRIGUES, 2018).

Segundo Quirino, Neto, Carvalho e Goulart (2015) o SFI apresentou mudanças, onde uma das inovações principais foi a elaboração de instrumento de securitização, onde teria a oportunidade de mudança do crédito imobiliário, uma vez que esse instrumento se refere a um processo que acontece no mercado financeiro; onde nada mais é que uma dívida, no qual ocorre a emissão de títulos lastreados com o objetivo de que seja antecipado a arrecadação do capital, logo o SFI trouxe modificações ao setor habitacional.

Dito isto, no que tange ao déficit habitacional, o mesmo deve ser tratado em uma política pública, onde ocorrendo mudanças no modelo econômico e institucional irá acontecer os financiamentos para aquisição de habitação. Desta maneira, ocorrendo mudanças, trará benefícios para aquelas famílias que têm mais obstáculos de realizar o sonho da casa própria e o déficit habitacional será amenizado, assim como outros aspectos sociais, que também irão apresentar melhorias na vida das famílias envolvidas no programa (D'AMICO, 2011).

Por fim, ao se observar a questão da moradia a relação com outras políticas é uma situação a ser considerada. Desta maneira, em função da correlação da moradia

com outras categorias, nem sempre um pequeno estímulo dos programas de habitação será a saída mais correta para melhorar as condições habitacionais da população mais carente, pois esses programas podem se tornar inviáveis caso não sejam incluídos a eles outras políticas urbanas, como de energia elétrica, transporte, abastecimento de água e esgotamento sanitário (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018).

A próxima seção será destinada para apresentar o Programa Minha Casa Minha Vida.

2.3 O Programa Minha Casa Minha Vida

O problema da falta de habitação no Brasil se estende por quase toda a população brasileira, onde a questão de não possuir uma moradia causa um conjunto de problemas sociais, inclusive uma falta de liberdade àqueles que não podem ter uma casa no mínimo considerada apropriada para residir (D'AMICO, 2011).

Segundo Rodrigues (2018), em 2003 no mandato de Lula, com a formação do Ministério das Cidades, a questão da habitação passa a ser observada não somente como a moradia em si, mas sim como um conjunto de elementos como, saneamento, infraestrutura, mobilidade, serviços e utensílios urbanos, identificando o acesso à cidade.

Ainda de acordo com Rodrigues (2018) a presença dos movimentos sociais expande o modelo democrático que acaba com a aprovação do documento: Política Nacional de Habitação, que é o suporte para a instituição do Sistema Nacional de Habitação, onde se estabelece como um meio para que sejam criadas ações para enfrentar o déficit habitacional. Então é criado dois subsistemas, o Sistema de Habitação de Interesse Social (SHIS) e o de Habitação de Mercado, onde o SHIS tem por princípio a promoção de ações de aquisição a habitações que sejam decentes a população mais carente, e a habitação de mercado procura reestruturar o mercado privado da habitação.

Desta forma, com a consolidação do Estatuto da Cidade e, em 2003 com a formação do Ministério das Cidades que passou a englobar várias políticas de infraestrutura urbana, especialmente a política habitacional, no ano de 2005 foi elaborado o Sistema Nacional de Habitação por Interesse Social que resultou com o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida em 2009. O governo federal então lançou o programa novo visando melhorias no desenvolvimento social e econômico,

buscando diminuir cada vez mais o déficit habitacional no Brasil (PINTO; GEORGES, RODRIGUES, 2018).

Assim sendo, o PMCMV foi criado em 2008, mas foi em 2009 que ele foi estabelecido, o mesmo obteve duas fases, onde o objetivo de ambas era a construção de 1 milhão de residências para aquelas famílias na qual possuíam uma renda abaixo de 10 salários mínimos por mês (MARQUES; RODRIGUES, 2013).

Segundo Amore, Shimbo e Rufino (2015), a promessa era de construir num primeiro momento 1 milhão de moradias, sem prazo determinado, com um investimento vindo do orçamento da União e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS no valor de 34 bilhões de reais, além de fundos para financiamento da infraestrutura e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para subsidiar a cadeia produtiva. Com essa decisão era previsto gerar empregos em um campo da economia capaz de impulsionar muitos outros setores associados; a começar da indústria extrativista e produtora dos materiais simples, porém, necessário da construção civil, até a indústria moveleira de eletrodomésticos, que é conectada no momento da entrega das chaves.

A equipe que acompanhou o lançamento do programa se baseava nos dados quantitativos do déficit habitacional, onde naquele momento se calculava em torno de 7,2 milhões de moradias; sendo que 90% delas centralizada no grupo com uma faixa de renda inferior a três salários mínimos. E a preocupação do programa era justamente destinar 40% da meta para contribuir com quem possuía renda até três salários mínimos (AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015).

Após o programa estabelecido, ele tinha uma parceria com o setor da construção civil e setor imobiliário; a Caixa Econômica Federal por sua vez era a instituição responsável pela operação do programa com o objetivo de proporcionar um crescimento no setor habitacional; e a participação dos municípios era bastante heterogênea, onde realizavam um papel importante na dispensa de taxas, tributos e na agilidade com os processos para aprovação (FERREIRA; CALMON; FERNANDES; ARAÚJO, 2019, AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015).

De acordo com D'Amico (2011) o programa conteve dois programas nacionais, o Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, e o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR; onde o primeiro é atribuído aquelas famílias com renda de até dez salários mínimos, no qual as famílias que ganhassem até seis salários teriam o privilégio dos subsídios habitacionais do programa e as famílias que ganhassem

entre seis e dez salários teriam condições especiais e o privilégio de utilizar o recurso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. O segundo programa, o PNHR, teria como finalidade a concessão de subsídios destinados aos agricultores da área rural, para a construção de moradia através da aquisição de materiais de construção.

No que tange as faixas de renda, de acordo com Amore, Shimbo e Rufino (2015), na Faixa 1 de renda são aqueles que não necessitam retorno, são chamados de “dinheiros baratos”, onde são aqueles que não são injetados juros, possibilitando o uso de subsídio quase total para o grupo com renda mais baixa. Já na faixa 2 é menor o subsídio, e na faixa 3 não possui, acarretando em o benefício principal dado pelo programa ser a utilização dos recursos do FGTS, onde é exigido um retorno e cobrança de juros, assim sendo chamado de “dinheiro mais caro”.

O programa foi definido na primeira fase em faixas de salários, no qual existiam três faixas, e era levado em consideração o salário mínimo. A 1ª era de zero a três salários mínimos mensais, a 2ª era de três a seis salários mínimos mensais e a 3ª era de seis a dez salários mínimos por mês (MONTEIRO, 2017).

No ano de 2011 foi efetuado a segunda fase do programa, na qual também foi estabelecido a priorização daquelas faixas de renda inferiores que passaram a corresponder pela meta de 60% dos contratos, em retorno aos dados do déficit habitacional que historicamente se centraliza entre as famílias cujo a renda não passa de três salários mínimos. Nesta fase a faixa de salários se alterou, passando a ser a 1ª faixa até um mil e seiscentos reais, a 2ª faixa era até três mil duzentos e setenta e cinco reais e a faixa 3 era até cinco mil reais; onde existia uma fonte de subsídios e recursos diferentes para cada faixa de renda estipulada pelo programa (MONTEIRO, 2017, AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015).

O quadro abaixo exemplifica como se definem as faixas de salários nas duas fases do programa.

Quadro 1: Faixas de salários

Faixas de salários na 1ª e 2ª fase do PMCMV	
1ª fase do programa	2ª fase do programa

De 0 até 3 salários mínimos	Até R\$ 1.600,00
De 3 até 6 salários mínimos	Até R\$ 3.275,00
De 6 até 10 salários mínimos	Até R\$ 5.000,00

Fonte: Referencial teórico. Elaboração própria.

Ainda de acordo com D'Amico (2011), ele compreende que o programa procurou alcançar em especial os aspectos econômicos dos financiamentos de habitação, mediante a autorização de subsídios oferecidos às famílias das classes sociais mais carentes, possibilitando assim diminuir o déficit habitacional do Brasil.

O Programa Minha Casa Minha Vida teve um grande impacto nas cidades brasileiras, visto que, ele foi lançado no ano de 2009 e em apenas cinco anos contratou quase 80% das unidades que o BNH custeou nos seus 22 anos de duração, dado que aproximadamente a metade dessas unidades já foram entregues. A prioridade do programa era atender as famílias de menor renda, onde os valores de subsídios destinados a esse grupo pode chegar a 96% dos valores financiados. O PMCMV é antes de tudo uma “marca”, na qual se constitui uma sequência de subprogramas, fundos, modalidades, linhas de financiamento, agentes operadores, tipologias habitacionais, para dar acesso as famílias a conquistarem a casa própria (AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015).

Muito além dos benefícios que os moradores das habitações tiveram, uma moradia própria e adequada iria colaborar para amenizar a mortalidade infantil, a pobreza, incentivar a poupar, a defender o patrimônio familiar, entre outros; desta forma, iria ajudar e muito na liberdade dos indivíduos. Além disso, fora o lado social, o PMCMV tem um caráter econômico voltado ao crescimento do país, que estimulou o setor de construção civil, no qual é um setor típico que dá oportunidades de emprego para pessoas com mão de obra de baixa qualificação, porém, tem uma grande presença no PIB do país (D'AMICO , 2011).

No que tange a Caixa Econômica Federal e os municípios, a Caixa era a instituição financeira do programa e as empresas obtiveram centralidade em detrimento das instituições e órgãos encarregados pelas políticas urbanas e habitacionais. E o desempenho dos municípios, de forma geral foi pouco eficiente na

realização do trabalho social e do controle após a entrega das chaves as famílias, deixando a desejar a participação que ele teve no programa (AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015).

De acordo com Menezes e Mourão (2017), os incentivos que foram dados pelo programa impactam na economia, o que sinaliza efeitos múltiplos na indústria da construção civil; mas a respeito desses privilégios, o PMCMV tende a favorecer que ocorresse periferização nas operações habitacionais nas cidades, visto que, as regiões mais centrais dos municípios, de forma geral, estão submetidas a uma situação difícil, podendo ocorrer um aumento nos preços dos imóveis, em razão da demanda; e isso acontece porque na maioria das cidades a oferta é limitada.

E para Amore, Shimbo e Rufino (2015), o modelo de produção do PMCMV determinado pelo método da escala industrial, desejada pelas grandes empresas, se impõe as condições locais e a qualquer sentido próprio dos processos de projeto que se manifestam a partir de condições específicas. Embora, nos dias atuais, as periferias serem locais mais movimentados e mais equipados, é preciso ainda de atividades econômicas nesses locais e especialmente de emprego, pois continua sendo marcado pelo predomínio do uso habitacional.

Um outro impasse que ocorreu no programa que vale ressaltar, foi a falta de um agente promotor público, função antes realizada por companhias metropolitanas de habitação, cooperativas e associações, onde eram encarregados pela gestão dos empreendimentos e incorporação imobiliária. Essas instituições mantinham ligações diretas com os poderes públicos dos municípios e por vezes federais, onde criavam mais chance de articulação; logo, sem o auxílio delas se tornava impossível o poder público atuar de acordo com a forma institucional adotada pelo programa (AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015).

Para Pequeno e Rosa (2015) outro fator foi levantado além da periferização, onde desde a estreia do Programa Minha Casa Minha Vida ele foi insinuado, o perigo da segregação espacial. Visto que, o afastamento da região central não traria proveito para os envolvidos no programa, desta forma; a segregação geraria problemas para os beneficiários do programa, em função de a localização dos imóveis serem afastados do centro teriam dificuldades de acesso aos bens de consumo comum, logo, era algo preocupante por conta da situação geográfica, pois poderia acarretar em terem dificuldades de adquirir o mínimo de bens essenciais.

Outros fatores foram, os espaços coletivos precários e a falta de espaço público, pois estimulava a sociabilidade e integração nos empreendimentos com a vizinhança, fortalecendo mais ainda uma urbanização privatizada e levando a intensificar a segregação dos mais pobres na cidade. Outro aspecto que chama atenção é na falta de atenção dos projetos urbanísticos e na grande repetição de tipologia, que acaba resultando em uma baixa qualidade das áreas públicas e das áreas coletivas de uso comum, no caso dos loteamentos e condomínios respectivamente. Entretanto, esses transtornos ocorreram tendo em vista um propósito, a redução dos custos e os prazos das obras (AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015).

Na visão de Menezes e Mourão (2017), também ocorreram aspectos negativos no programa, onde esse fato da periferização das moradias gera problemas para os envolvidos no programa, como: distanciamento do perímetro urbano e distanciamento das áreas de convívio comum. Ocorreu também problemas nas redes elétricas e sanitárias e na própria habitação, onde os materiais usados são de baixa qualidade, os tamanhos dos quartos já são estipulados, fazendo com que os moradores não pudessem ajustar conforme desejavam.

Na concepção de Amore, Shimbo e Rufino (2015), outro efeito que prejudicou o bom andamento do programa foi em relação a falta de transparência na preparação dos cadastros, na técnica de sorteio e a demora para entregar a lista dos beneficiários para a Caixa Econômica Federal; se apontou também a predominância dos interesses no campo da construção civil e imobiliária na intervenção de formular o programa, logo, esses problemas tendem a impossibilitar a realização do trabalho social.

Por consequência, todos esses problemas acabaram impactando na saúde dos envolvidos no programa, pois eles ficavam sem saída de conquistar um lugar melhor e acabavam enfrentando todas essas adversidades no dia-a-dia, como grandes deslocamentos; altos gastos com transporte e problemas de acesso aos serviços básicos, entre outros (MENEZES E MOURÃO, 2017).

Ainda assim, o PMCMV foi uma referência na política habitacional do Brasil, uma vez que, introduziu subsídios públicos e privados como um componente fundamental e houve então a elaboração de moradias em massa. Foi um programa que conseguiu trazer assistências que em nenhum outro programa tinha surgido para atender as famílias de baixa renda. O impasse todo foi que o programa deu mais valor aos resultados quantitativos, criação de emprego, ganhos políticos instantâneos,

impactos diretos na economia e pouca atenção ou quase nenhum cuidado em desenvolver um plano de cidade inclusiva, ou seja, um projeto que garantisse igualdade para todos (SILVA, 2017).

Apesar dos fatores levantados pelos outros autores, para Marques e Rodrigues (2013), mesmo que os problemas que ocorreram no programa foram bastante relevantes, não seria razoável imaginar que o Programa Minha Casa Minha Vida proporcionaria empreendimentos em lugares muito centrais ou até mesmo em bairros de classes altas, dado que, nenhum outro programa público tinha realizado esse feito.

Dando seguimento, Pinto e Georges (2018), declaram que embora com os problemas, a variação da perspectiva metodológica e temática, a maior parte das pesquisas incorporam um enfoque crítico em relação ao programa. Porém, na visão construtiva do saber, buscando aperfeiçoar metodologias, procedimentos, planejamentos e instrumentos para a concretização de políticas públicas de grande impacto, vale destacar que o Programa Minha Casa Minha Vida em um tempo reduzido foi o projeto público que enfrentou qualitativamente e quantitativamente a questão do déficit e carência habitacional.

Desta forma, ao buscar a solução para enfrentar esse problema, automaticamente, não irá só amenizar o déficit e a demanda por habitações, vai abranger outros aspectos na vida das famílias envolvidas, que irá gerar melhorias e liberdades para os mesmos (QUIRINO; NETO; CARVALHO; GOULART, 2015).

A produção habitacional do Programa impactou o quadro da economia brasileira, dado que, é possível afirmar que ocorrendo essas melhorias a economia terá um crescimento no PIB, na renda per capita, e desta forma irá colaborar para que a população tenha mais acesso à educação, saúde, segurança, direitos civis, entre outros (D'AMICO, 2011).

Por fim, o governo e a sociedade precisam encarar esses problemas sociais, uma vez que, um crescimento na economia não é o que vai terminar com a desigualdade social que ocorre no Brasil, porém, terá uma consequência positiva se for acompanhado de políticas públicas bem determinadas (QUIRINO; NETO; CARVALHO; GOULART, 2015).

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo será apresentado a análise dos resultados, a partir dos dados coletados do portal brasileiro de dados abertos, onde será observado a evolução do

programa. O mesmo se divide em três seções: primeiro será apresentado uma análise sobre as quantidades iniciais, contratadas, distratadas, as faltantes ou que excederam e as entregues pelo programa, logo, será mostrado através de mapas de calor uma análise de quantidades de habitações entregues em todo território brasileiro através do programa, por fim, na última seção será apresentado os valores das operações em percentuais repassados para cada região através do PMCMV.

3.1 Análise sobre quantidades iniciais, contratadas, distratadas e entregues

Esta seção inicia-se pela perspectiva de analisar as quantidades que foram iniciadas e contratadas por cada estado, assim como as unidades distratadas e também analisa a diferença entre as unidades que foram contratadas, subtraindo as distratadas, resultando nas que faltaram ou excederam de acordo com as unidades entregues.

Nas unidades distratadas foram aqueles contratados que acabaram sendo desfeitos, ou seja, ocorria a contratação do financiamento para adquirir o imóvel e por algum motivo particular ou até mesmo por algumas normas estabelecidas de determinadas cidades ocorriam as anulações dos contratos.

As unidades faltantes ou que se excederam foram aquelas unidades que a cada ano não fechava de acordo com as contratações de habitações, as unidades que acabavam sendo distratadas e com o que realmente era entregue durante o ano. Em determinados anos as habitações acabaram não ficando prontas e desta forma não computou nas unidades entregues, ocorreu de algumas serem entregues anos depois da contratação e outras simplesmente não foram esclarecidas.

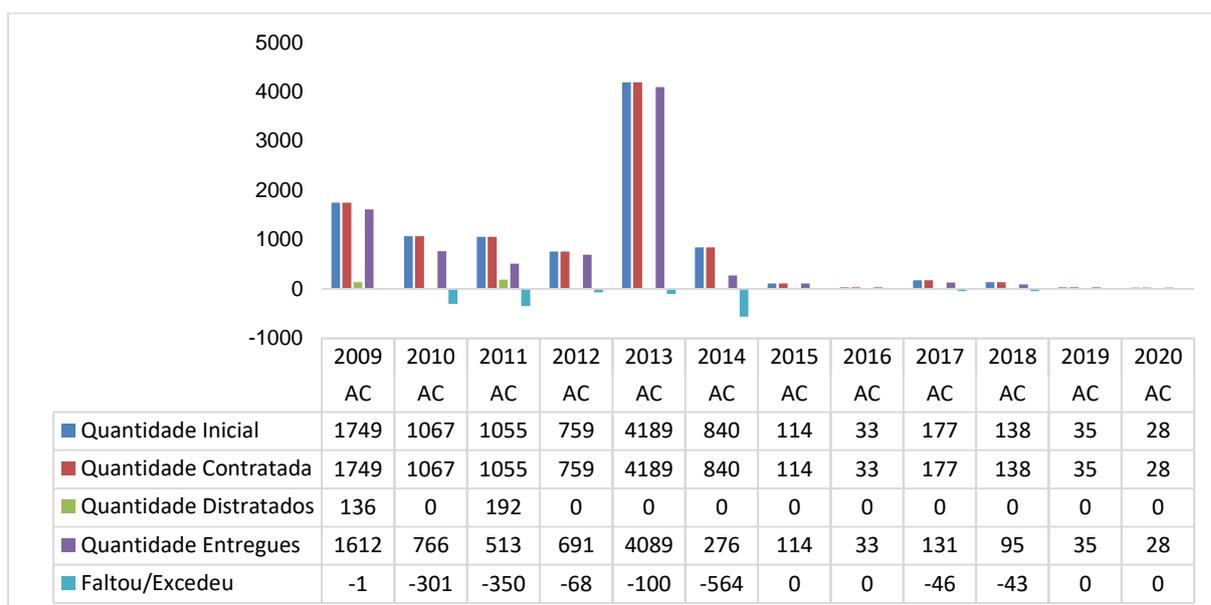
Desta forma, os gráficos nos trazem a ilustração de como evoluiu o PMCMV na quantidade de habitação que iniciou, a que foi contratada, as distratadas, as quantidades realmente entregues e a quantidade que faltou ou se excedeu nos estados.

O gráfico 1 do estado do Acre mostra que havia uma quantidade de habitações que eram iniciadas, logo após ocorria a contratação feita pelo indivíduo até a quantidade de habitações entregues; no entanto, é visto no gráfico abaixo que ocorreram as unidades que foram distratadas, ou seja, as que tiveram os contratos desfeitos e também as unidades que faltaram nessa contagem, denominada as que faltaram ou excederam.

Essas unidades que faltaram ou excederam no gráfico 1 são unidades que tiveram um início e uma contratação, mas que não ocorreu o desfeito do contrato e nem a entrega da habitação, desta forma, no estado do Acre ocorreram faltas nos anos de 2009 a 2014 e depois nos de 2017 e 2018.

Constata-se também que no estado o ano de 2013 foi o que mais teve progresso com o programa, onde ocorreu 4.189 unidades iniciais, o mesmo contratado, e 4.089 habitações foram entregues neste ano. Posteriormente, começou a ter uma redução das contratações no programa, e da mesma forma, queda nas unidades entregues.

Gráfico 1: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado de Acre de 2009 até 2020



Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

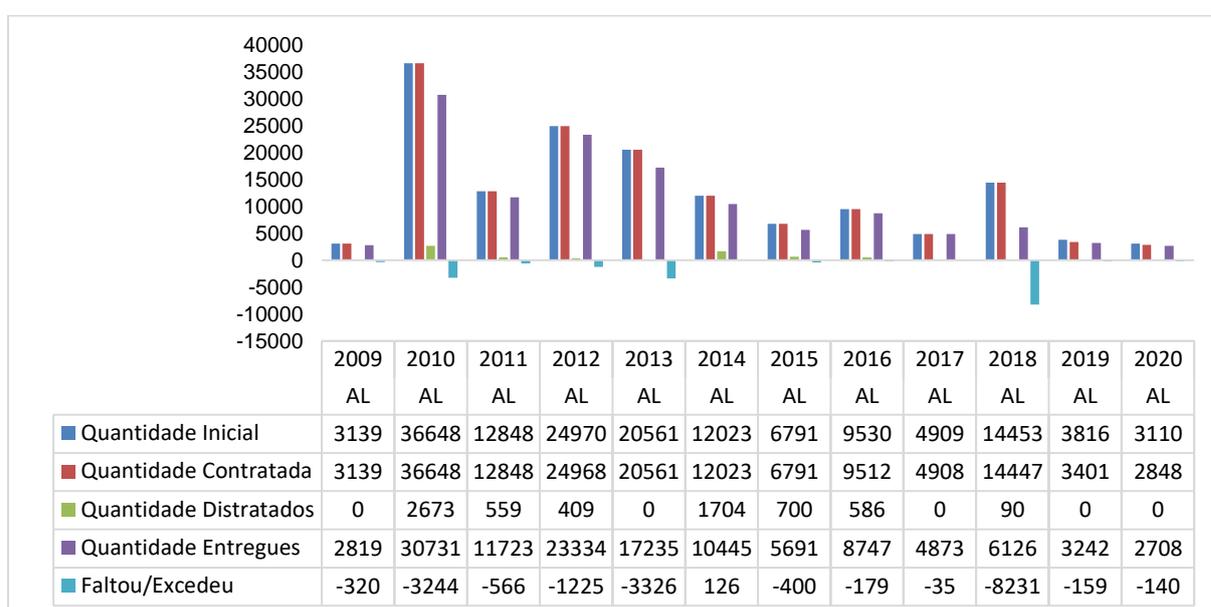
O gráfico 2 referente ao estado de Alagoas, constata que houve em alguns anos quantidades de habitações que eram iniciadas e logo após as quantidades contratadas eram diferentes, ocorria uma queda nos números, como foi no ano de 2012 e de 2016 a 2020.

Referente as unidades que faltaram ou excederam no gráfico 2, o ano de 2018 foi o que mais ocorreu falta, com 8.231 unidades faltantes. Já no ano de 2014 ocorreu um excesso de unidades, onde 126 habitações a mais foram entregues; dado que, subtraindo as unidades distratadas das unidades que foram contratadas, o valor que

deveria aparecer nas habitações entregues seria de 10.319 unidades, porém, é exibido 10.445, desta forma, neste ano houve excesso.

O gráfico mostra também que o ano de 2010 foi o mais impactado com o programa, dado que, a quantidade inicial é a mesma contratada que foi de 36.648 unidades, e foram entregues neste ano 30.731 habitações. Logo após vem os anos de 2012 e 2013 com a maior quantidade de habitação contratadas.

Gráfico 2: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado de Alagoas de 2009 até 2020



Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

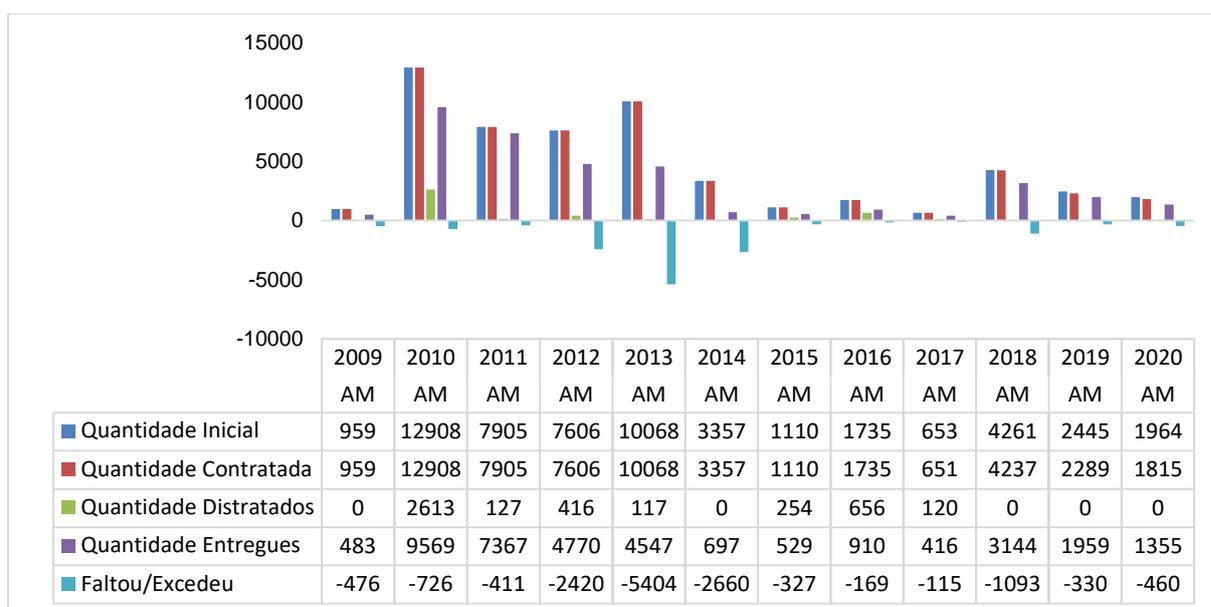
O gráfico 3 do estado do Amazonas se percebe que nos primeiros anos até 2014 o crescimento do programa foi gradual, logo depois começou a ser reduzido o número de contratações, e apenas nos anos de 2017 a 2020 que houve uma quantidade inicial e quantidade de contratação diferentes.

Percebe-se que no ano de 2010 foi o que mais teve contratações, visto que, a quantidade inicial foi a mesma contratada, com 12.908 unidades somente em 2010, seguido do ano 2013 com 10.068 unidades e 2011 com 7.905 unidades, assim por diante.

No gráfico 3 todos os anos houve faltas, onde ocorreu as contratações, logo após desistência nas unidades contratadas e o número apresentado de habitações entregues não fecham, no ano de 2013 foi o ano que mais ocorreram as faltas, dado

que, foi o segundo ano que mais ocorreu contratações também. Os três primeiros anos que mais aconteceu as faltas foram 2013 com 5.404, seguido do ano 2014 com 2.660 e 2012 com 2.420 unidades.

Gráfico 3: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado de Amazonas de 2009 até 2020



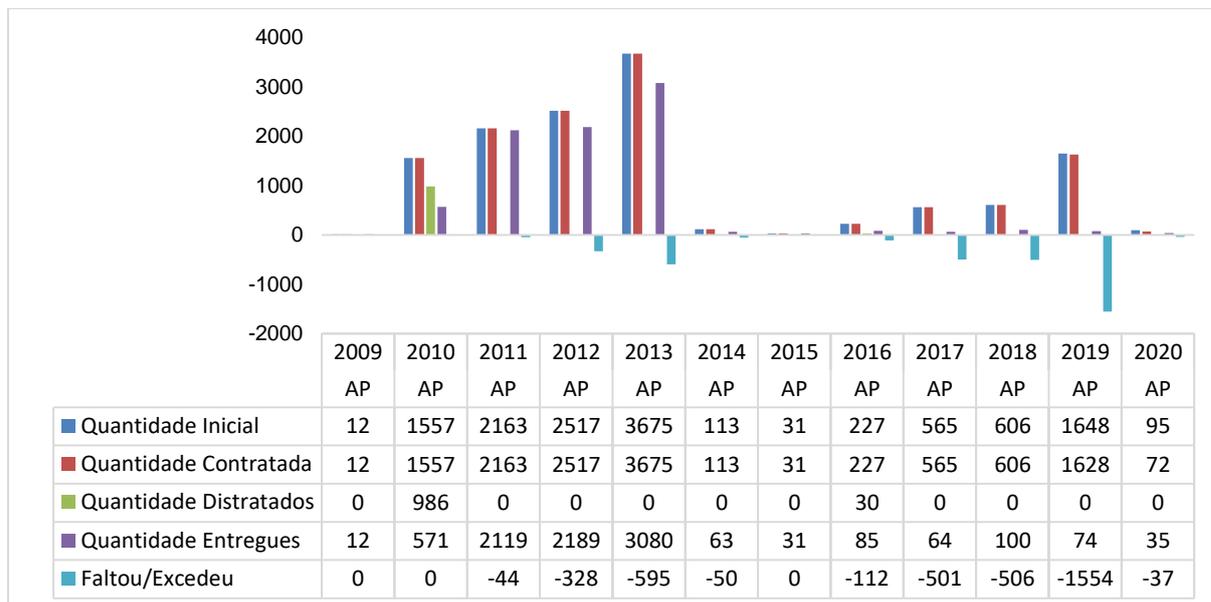
Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

No quarto gráfico do estado do Amapá observa-se que foi um estado que começou tendo bem pouco impacto com o programa, no qual o ano que mais teve contratações foi o de 2013 com 3.675 unidades e o ano com menos contratações foi o primeiro ano, 2009, com apenas 12 unidades.

Percebe-se também que somente nos anos de 2019 e 2020 que divergem a quantidade inicial da quantidade contratada, inclusive nesse estado somente em dois anos ocorreram contratos distratados, que foi em 2010 com 986 contratos e 2016 com 30 contratos.

Analisando as faltas e excessos, em três anos conforme o gráfico o programa fechou em zero nesta classificação, que foi nos anos de 2009, 2010 e 2015, não havendo faltas e nem excessos. No ano de 2019 foi o ano que mais teve faltas, com 1554 habitações, o que resultou em somente 74 habitações serem entregues nesse ano, em sequência o ano de 2013, que foi o que mais teve contratações também foi um dos que mais teve faltas, assim sucessivamente.

Gráfico 4: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado de Amapá de 2009 até 2020



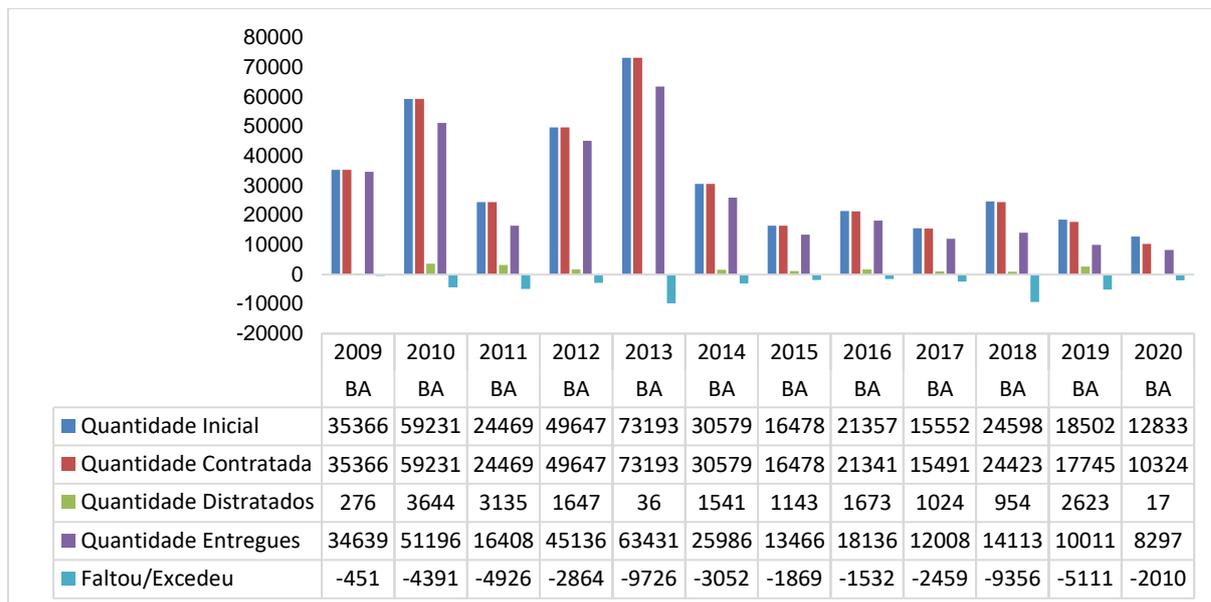
Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

O gráfico 5 referente ao estado da Bahia, percebe-se que do ano de 2009 até 2015 as quantidades de habitações iniciais são iguais as quantidades contratadas, a partir de 2016 até 2020 toda a quantidade inicial é diferente da quantidade contratada.

Se percebe também no estado da Bahia, conforme o gráfico, de todos os anos ter ocorrido faltas, onde não foi exposto se foi distratada ou entregue, já que de acordo com as unidades contratadas os números não fecham; o ano que mais ocorreu foi em 2013, com 9.726 unidades faltantes.

O gráfico mostra também que no ano de 2013 foi o que mais teve crescimento com o programa, com 73.193 unidades contratadas e entregues 63.431 habitações, logo foi o ano de 2010 com 59.231 contratações e 51.196 entregues e 2012 com 49.647 contratadas e 45.136 habitações entregues.

Gráfico 5: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado da Bahia de 2009 até 2020



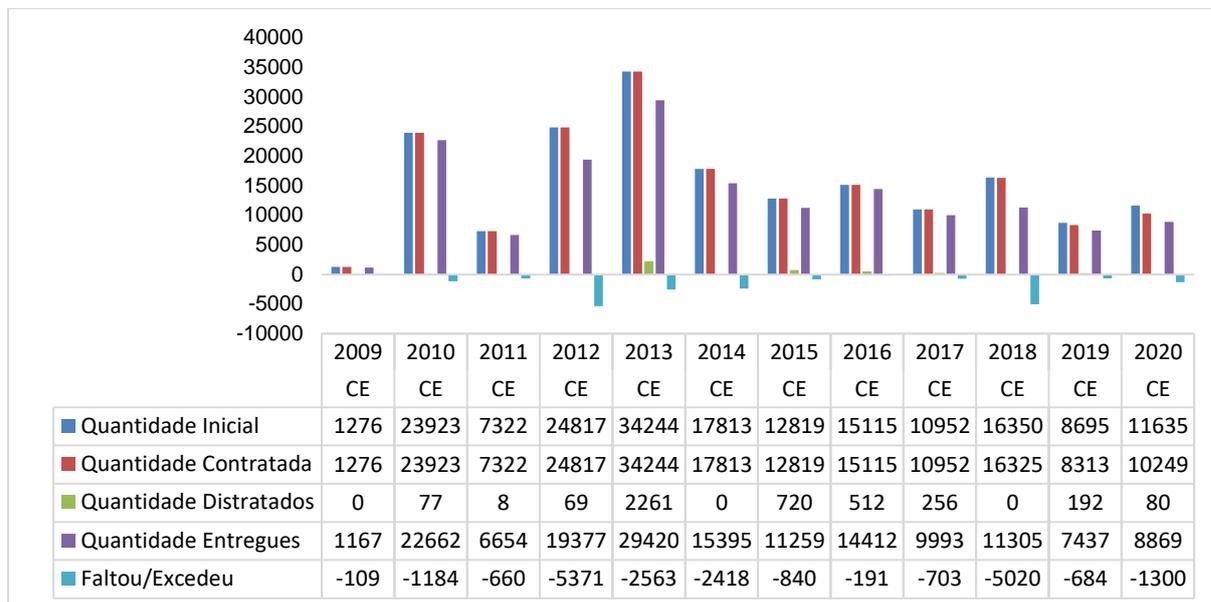
Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

No que se refere ao 6º gráfico onde reporta-se ao estado do Ceará, somente nos anos de 2018, 2019 e 2020 houve divergências nas quantidades iniciais e quantidades contratadas, no ano de 2013 foi o melhor durante a vigência do programa nesse estado, onde ocorreu 34.244 unidades contratadas.

O ano de 2009 foi o que menos teve contratações, com apenas 1.276 unidades, e no estado do Ceará teve alguns anos que nenhum contrato foi distratado, como no ano de 2009, 2014 e 2018; nos outros aconteceu de ter contratos desfeitos, mas números inferiores as faltas e excessos.

Buscando analisar as faltas e excessos, em todos os anos nesse estado ocorreram faltas, inclusive números maiores; com exceção do ano de 2015; que as unidades distratadas, o ano que mais ocorreu falta foi em 2012 com 5.371 unidades e o que menos aconteceu foi 2009 com 109 unidades, ano que também teve menos contratação feita pelos indivíduos.

Gráfico 6: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Ceará de 2009 até 2020



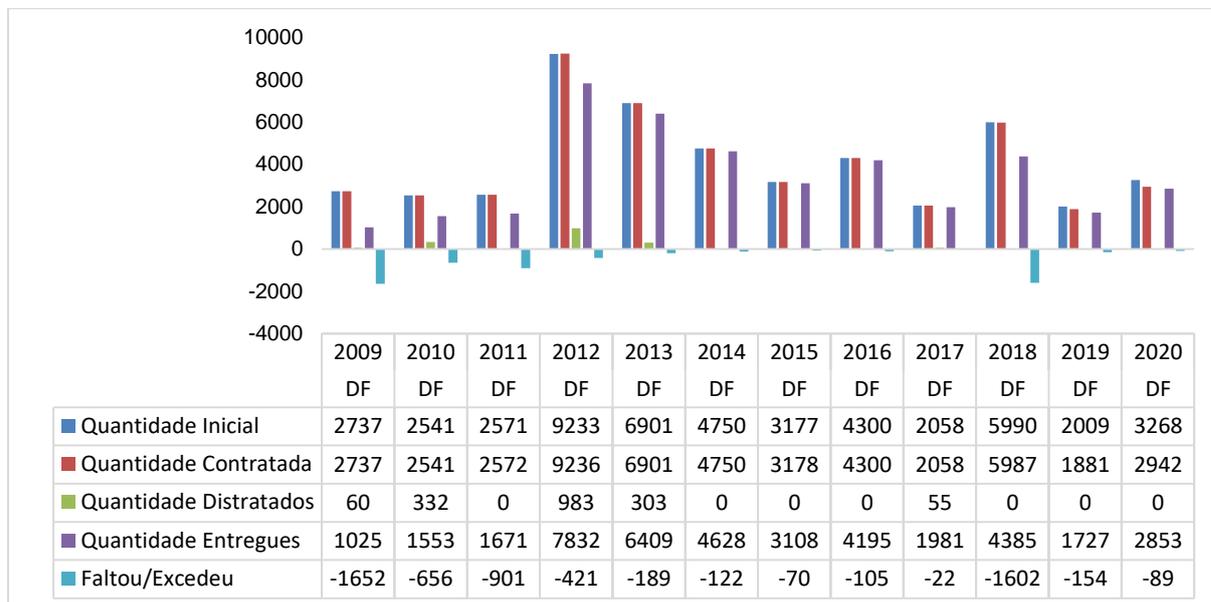
Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

No sétimo gráfico da capital do Brasil, o Distrito Federal, percebe-se que em alguns anos a quantidade inicial está diferente da quantidade contratada, em alguns anos para mais e alguns para menos, como nos anos de 2011, 2012 e 2015 as quantidades iniciais são inferiores as contratadas, e nos anos 2018, 2019 e 2020 é ao contrário.

Constata-se também que no ano de 2012 foi o que mais aconteceu contratações, com 9.236 unidades, já no ano de 2019 o que menos teve contratações, 1.881 somente, nota-se também que no Distrito Federal a maioria dos anos não teve habitações distratadas.

No que tange as faltas e excessos, em todos os anos conforme o gráfico o programa teve faltas, onde nos três anos que mais tiveram faltas foram em 2009 com 1.652 unidades, após o ano de 2018 com 1.602 unidades e 2011 com 901 unidades, ocorreram mais faltas de unidades serem esclarecidas do que as unidades distratadas, visto que, em todos os anos houve faltas e quantidades distratas foi em alguns que teve.

Gráfico 7: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Distrito Federal de 2009 até 2020



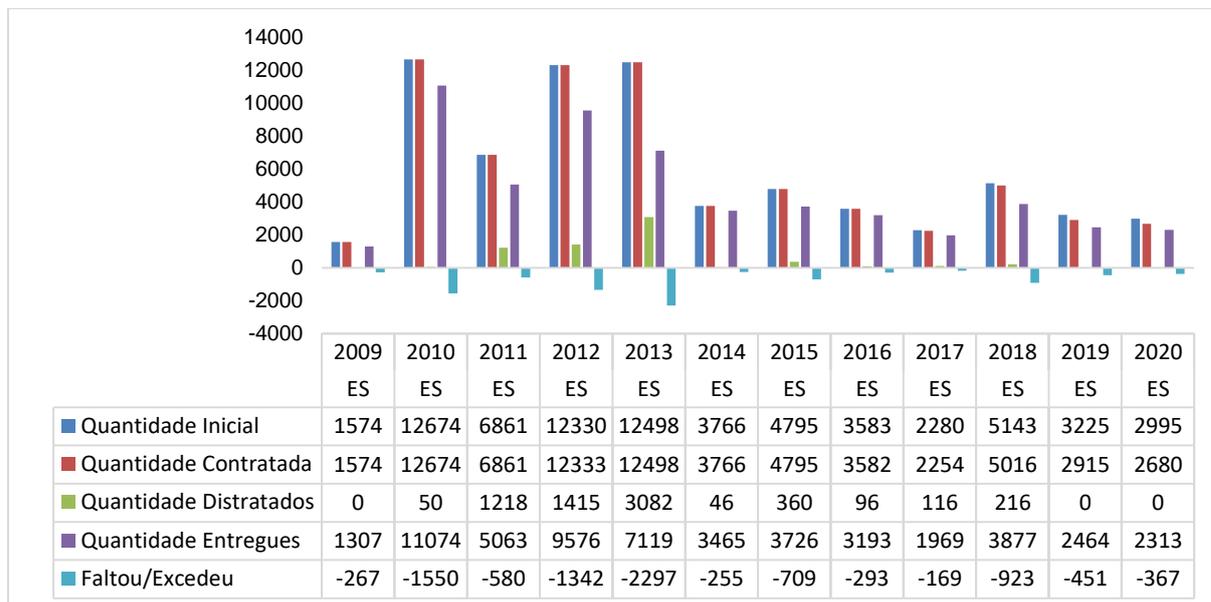
Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

O 8º gráfico referente ao estado do Espírito Santo se percebe que no primeiro sexênio, principalmente nos anos de 2010, 2012 e 2013 foi o que mais houve contratações, onde no ano de 2010 ocorreu 12.674 unidades, em seguida foi 2013 com o maior número, tendo 12.498 unidades contratadas e 2012 com 12.330 unidades.

No tocante as comparações entre quantidades iniciais e quantidades contratadas, ocorreu somente de 2012 a quantidade contratada ser maior que a quantidade inicial, referente aos anos 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 a quantidade inicial foi superior a quantidade contratada, nos outros anos não houve diferença nas unidades.

No que se refere as quantidades distratadas, em apenas três anos não houve essa ocorrência, que foi em 2009, 2019 e 2020. Agora se tratando das faltas ou excessos, em todos os anos aconteceu de os números não fecharem com a quantidade inicialmente contratada, descontando as distratadas e concluir com as unidades entregues, o ano que mais ocorreu foi em 2013 com 2.297 unidades, em seguida 2010 com 1.550 unidades e 2012 com 1.342, logo, ocorrendo predomínio de faltas no 1º sexênio deste estado.

Gráfico 8: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Espírito Santo de 2009 até 2020



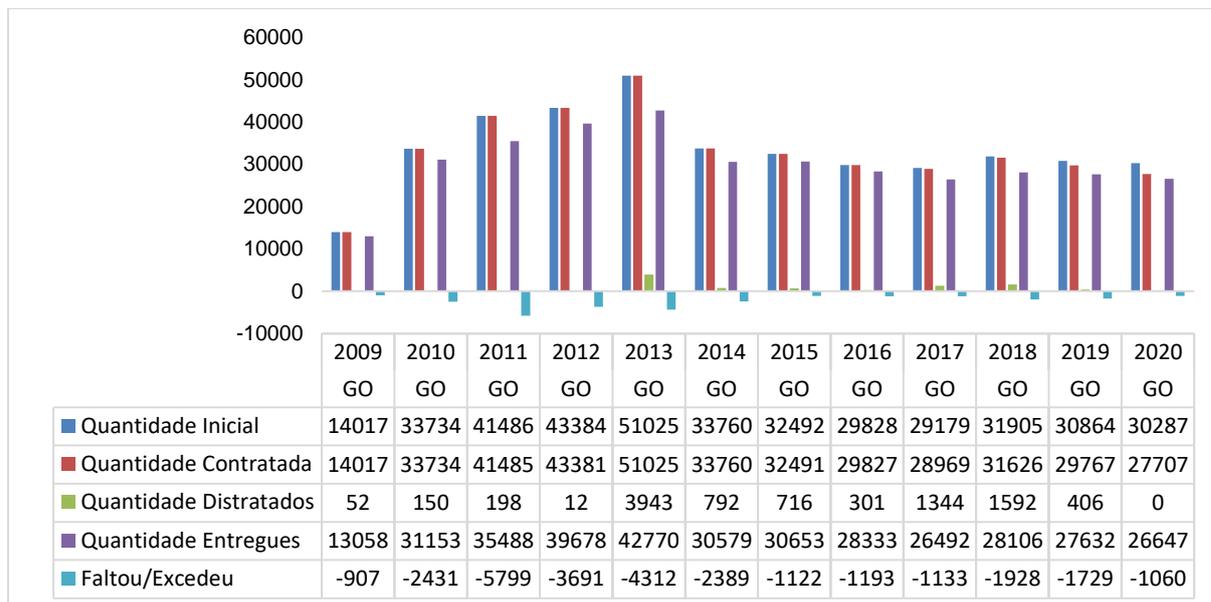
Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

No 9º gráfico referente ao estado de Goiás, percebe-se que somente em quatro anos a quantidade inicial é exatamente igual à quantidade contratada, todos os outros anos tem diferenças nas quantidades; e foi no ano de 2013 foi o que mais teve contratações, com 51.025 unidades conforme o gráfico, o ano que menos houve foi em 2009 com apenas 14.017 unidades contratadas.

Referente as quantidades distratadas do gráfico de Goiás, somente no ano de 2020 não ocorreu nenhuma unidade que foi desfeita o contrato, em todos os outros anos ocorreu esse fato, embora o ano de 2013 ter sido o que mais sucedeu contratações, foi também o que mais teve quantidades distratadas, com 3.943 unidades.

Analisando as faltas e excessos, em todos os anos nesse estado houve faltas, até mesmo números maiores, com exceção do ano de 2017, que as unidades distratadas; o ano que mais ocorreu falta foi em 2011 com 5.799 unidades, e o ano que menos aconteceu foi 2009 com 907 unidades, ano também que teve menos contratação feita pelos cidadãos.

Gráfico 9: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Goiás de 2009 até 2020



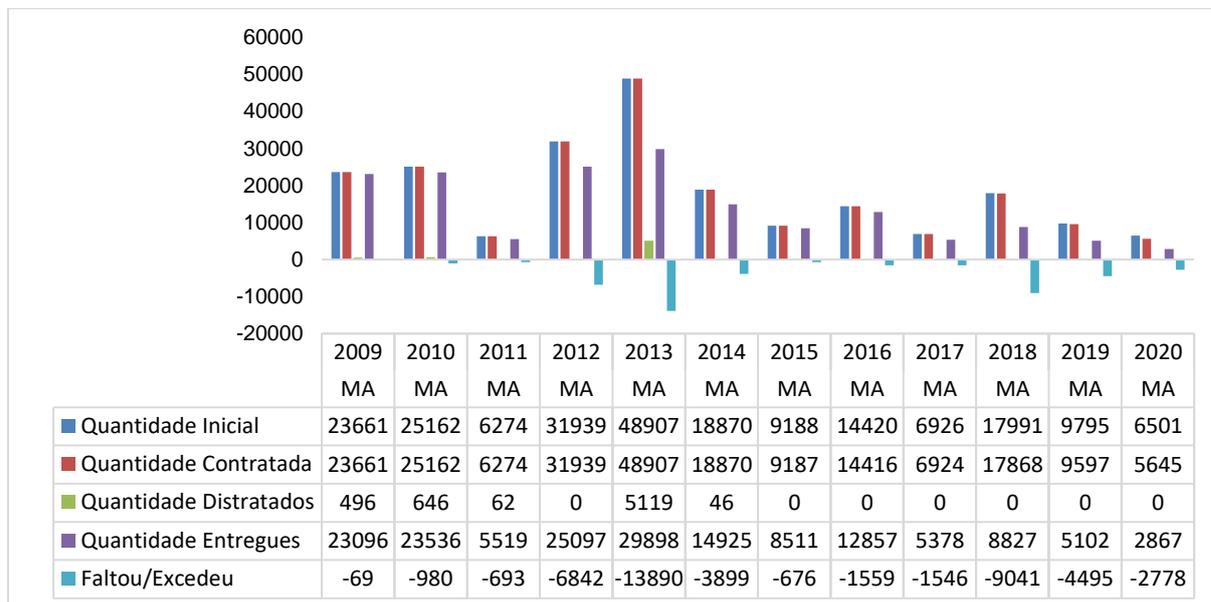
Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

Analisando o 10º gráfico que se refere ao estado do Maranhão, percebe-se que no primeiro sexênio as quantidades iniciais são exatamente iguais as quantidades contratadas, já no segundo sexênio são diferentes e acabam sendo quantidades inferiores as iniciais.

Nota-se que no ano de 2013 foi o que mais ocorreu contratação, com 48.907 unidades, e no ano de 2020 o que menos teve contratação, com 5.645 unidades somente, outro fato é que nesse estado poucos anos tiveram contratados distratados, onde no ano que mais aconteceu contratação foi também o que mais teve unidades distratadas, que foi em 2013 com 5.119 unidades.

No que se refere as faltas e excessos, em todos os anos neste estado teve faltas, diferente de quantidades distratadas que foi em alguns anos apenas; os três anos que mais tiveram faltas foram 2013 com 13.890 unidades, logo após o ano de 2018 com 9.041 unidades e 2012 com 6.842 unidades.

Gráfico 10: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Maranhão de 2009 até 2020



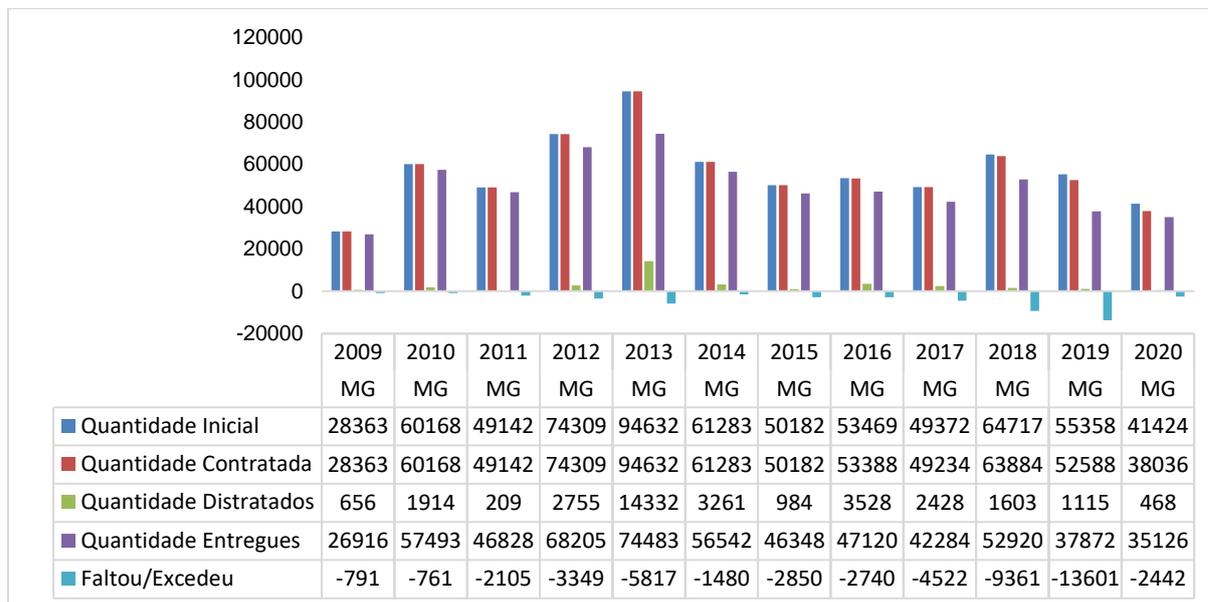
Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

No gráfico 11 do estado de Minas Gerais, pode-se observar que foi um dos estados mais impactados com o programa. Referente as quantidades contratadas, o ano que mais ocorreu foi em 2013 com 94.632 unidades e o ano com menos contratações foi o primeiro ano, 2009, com 28.363 unidades.

Em relação as diferenças entre as quantidades iniciais e quantidades contratadas, ocorreu apenas dos anos de 2016 até 2020 esse episódio; nos anos anterior os números eram exatamente iguais. Nesse estado ocorreu também de todos os anos terem quantidades distratadas; onde o ano de 2013 que foi o mais impactado nas contratações, também foi o que mais teve unidades distratadas, com 14.332 unidades, já o ano de 2011 foi o que menos ocorreu, com 209 unidades distratadas.

Analisando as faltas e excessos, em todos os anos ocorreram faltas, ou seja, não atinge os números conforme o que foi iniciado, distratado e entregue. No estado de Minas Gerais em 2019 foi o ano que teve mais faltas, 13.601 unidades, seguido de 2018 com 9.361 unidades, e em 2013 o ano que mais teve contratações, teve 5.817 unidades faltantes no cálculo.

Gráfico 11: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado de Minas Gerais de 2009 até 2020



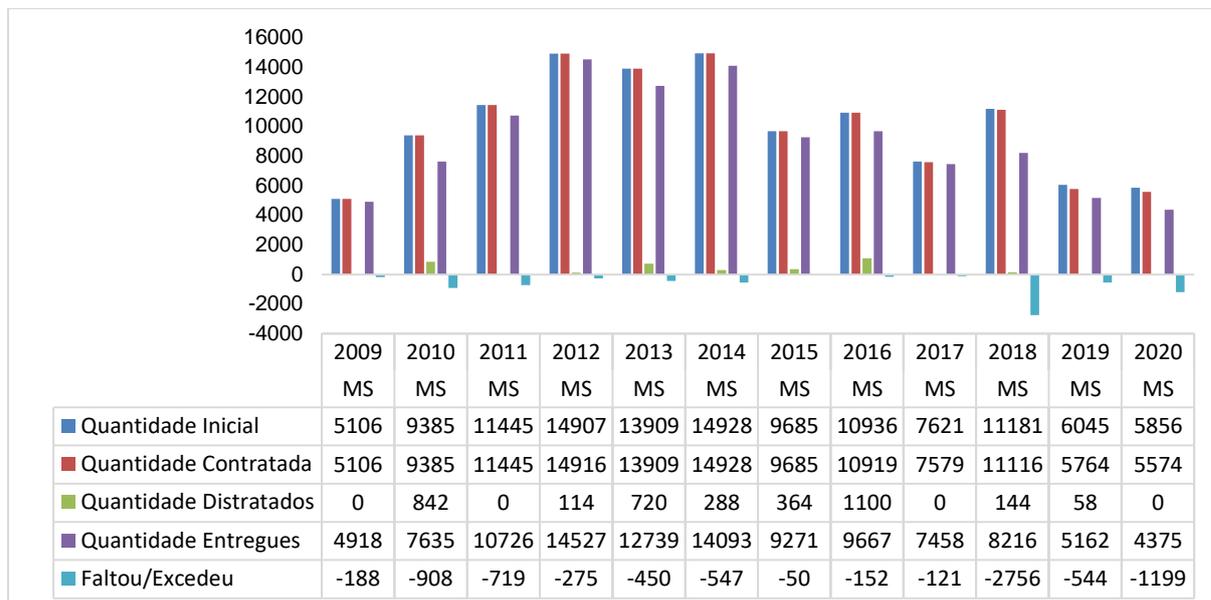
Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

No gráfico abaixo, referente ao estado do Mato Grosso do Sul, observa-se que teve alguns anos que a quantidade inicial se difere da quantidade contratada, como nos anos de 2012, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020. Somente no ano de 2012 a quantidade contratada é maior que a inicial, nos outros anos é o oposto.

O ano de 2014 foi o que mais ocorreu contratação, com 14.928 unidades, enquanto no ano de 2009 foi o que menos aconteceu, com 5106 unidade apenas. No que se refere as unidades distratadas, teve alguns anos que finalizou em zero unidades, mas a grande maioria dos anos teve contratos desfeitos, no ano de 2016 foi o que mais teve contratação desfeita no estado, com 1100 unidades.

Em relação às faltas e excessos neste estado, diferente das unidades distratadas que em alguns anos fechou em zero, nessa classificação em todos os anos ocorreram faltas, onde o ano que mais ocorreu foi em 2018 com 2.756 unidades e 2015 o ano que menos ocorreu, com 50 unidades.

Gráfico 12: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Mato Grosso do Sul de 2009 até 2020



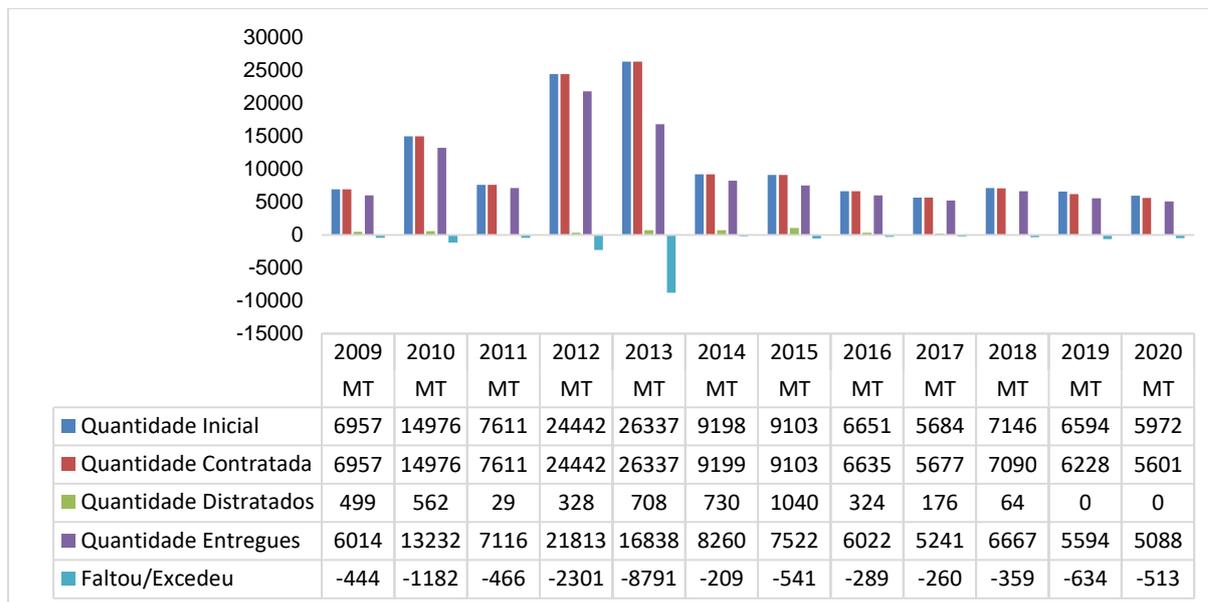
Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

Analisando o gráfico 13 que se refere ao estado do Mato Grosso, percebe-se que teve anos cuja as quantidades contratadas são distintas das quantidades iniciais, nota-se também que foi no primeiro sexênio que a sociedade foi mais impactada devido ao programa.

Os anos que mais tiveram contratações foi 2013 com 26.337 unidades, logo depois 2012 com 24.442 unidades e em seguida o ano de 2010 com 14.976 unidades. Os outros anos as contratações foram mais amenas, onde o ano que menos ocorreu contratação foi 2020 que iniciou com uma quantidade de 5.972, mas realmente contratado foi 5.601 unidades, também neste ano fechou em zero as unidades distratadas, fato que aconteceu também no ano de 2019 onde não teve nenhuma unidade distratada.

No que tange as faltas e excessos, ou seja, que o cálculo não fechou de acordo com o que foi contratado, distratado e entregue, em todos os anos no estado do Mato Grosso tiveram faltas, onde assim como os anos que mais ocorreram contratações, foram anos que mais tiveram faltas, na mesma ordem também.

Gráfico 13: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Mato Grosso de 2009 até 2020



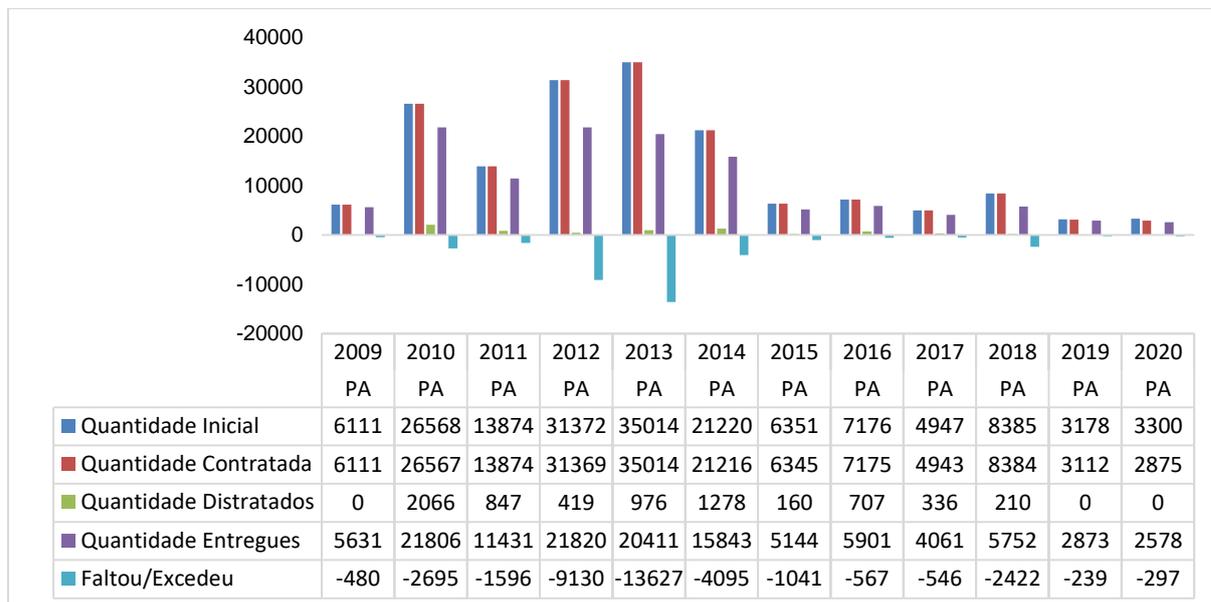
Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

No gráfico 14 do estado do Pará, pode-se constatar que na maioria dos anos a quantidade inicial se difere da quantidade contratada, na qual a inicial é superior a contratada; nesse estado somente nos anos de 2009, 2011 e 2013 as quantidades foram exatamente iguais.

O ano que mais ocorreu contratação foi em 2013 com 35.014 unidades e no ano de 2020 foi o que menos ocorreu, onde na quantidade inicial foi de 3300 unidades, mas realmente contratada foi de 2.875. Teve alguns anos que as quantidades distratadas fecharam em zero, mas na grande maioria dos anos tiveram unidades desfeitas.

Referente as faltas e excessos, em todos os anos conforme o gráfico teve faltas, inclusive tiveram mais unidades faltantes do que unidades distratadas, com exceção do ano de 2016 que teve mais unidades distratadas. O ano que mais teve falta foi em 2013 com 13.627 unidades, exatamente o mesmo ano que ocorreu mais contratação, e o ano que menos houve unidades faltantes foi em 2019 com 239 unidades.

Gráfico 14: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Pará de 2009 até 2020



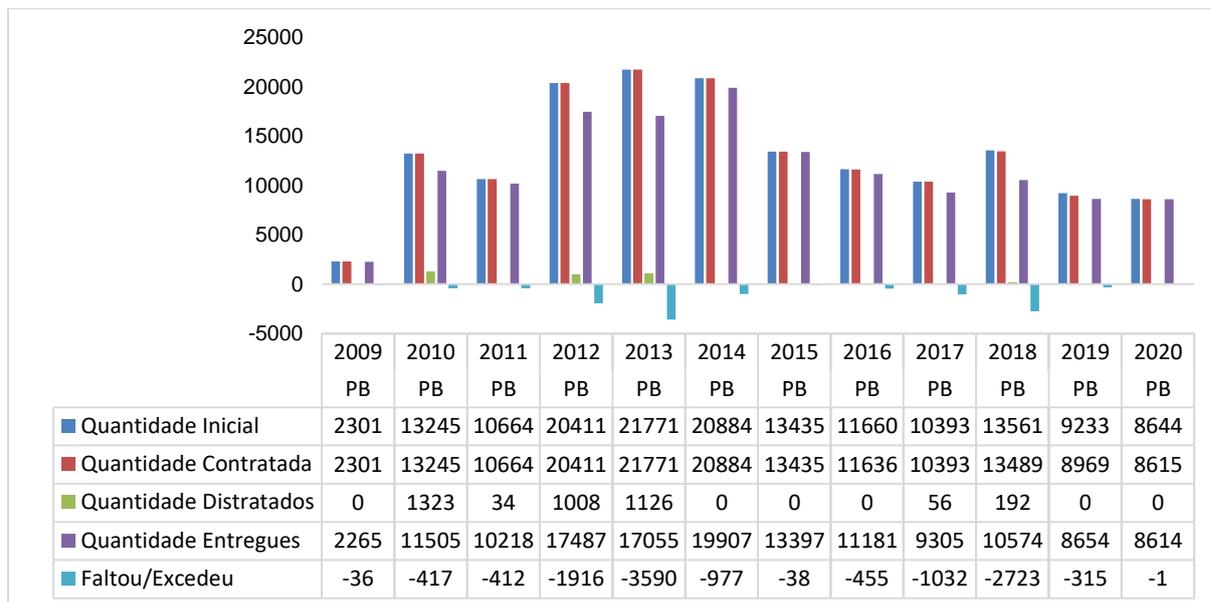
Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

No 15º gráfico que se refere ao estado da Paraíba, pode-se perceber que somente nos anos de 2016, 2018, 2019 e 2020 houve diferença nas quantidades iniciais e nas quantidades contratadas, nos outros anos os números são exatamente iguais. O ano que mais teve contratações foi 2013 com 21.771 unidades, e no ano de 2009 foi o que menos houve contratações, com apenas 2.301 unidades.

Percebe-se que por seis anos do programa as quantidades distratadas finalizam em zero unidades, logo, nos outros seis anos ocorreram unidades distratadas, onde o ano que mais houve contrato desfeito foi em 2010 com 1.323 unidades.

No que tange as faltas e excessos, em todos os anos no estado da Paraíba ocorreram faltas, inclusive números maiores que nas quantidades distratadas, com exceção do ano de 2010 que foi o ano que mais houve unidades distratadas. O ano que mais houve falta foi 2013 com 3.590 unidades e o ano que menos teve falta foi 2020 com apenas 1 unidade.

Gráfico 15: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Paraíba de 2009 até 2020



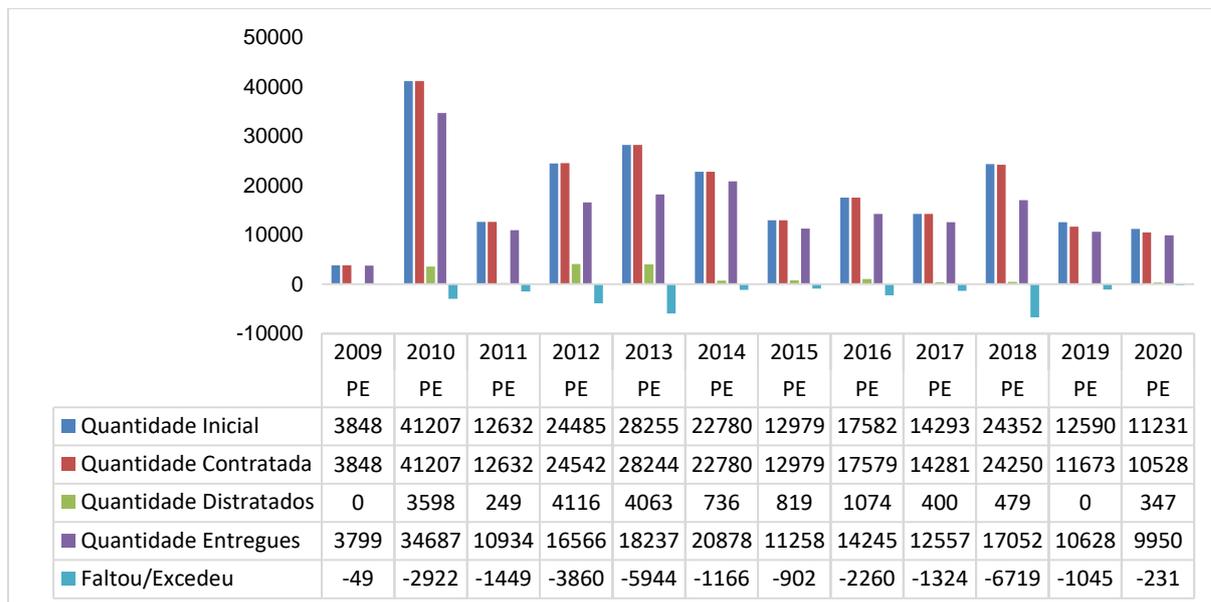
Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

No gráfico 16° que se refere ao estado de Pernambuco, percebe-se que na maioria dos anos a quantidade inicial é diferente da quantidade contratada, onde somente nos anos de 2009, 2010, 2011, 2014 e 2015 os números são exatamente iguais.

O ano de 2010 foi o mais impactado com o programa, onde ocorreu 41.207 contratações, enquanto no ano anterior, em 2009, foi o que menos aconteceu, com 3.848 unidades apenas. Quanto as unidades distratadas, somente no ano de 2009 e 2019 não houve unidades desfeitas, enquanto em todos os outros ocorreu, onde no ano de 2012 foi o que mais aconteceu, tendo 4.116 unidades desfeitas.

Em relação as faltas e excessos em Pernambuco, em todos os anos houve faltas, o ano que mais ocorreu foi em 2018 com 6.719 unidades e ano com o menor número de unidades faltantes foi em 2009 com 49 unidades, visto que, foi nesse mesmo ano que ocorreu uma menor quantidade contratada.

Gráfico 16: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Pernambuco de 2009 até 2020



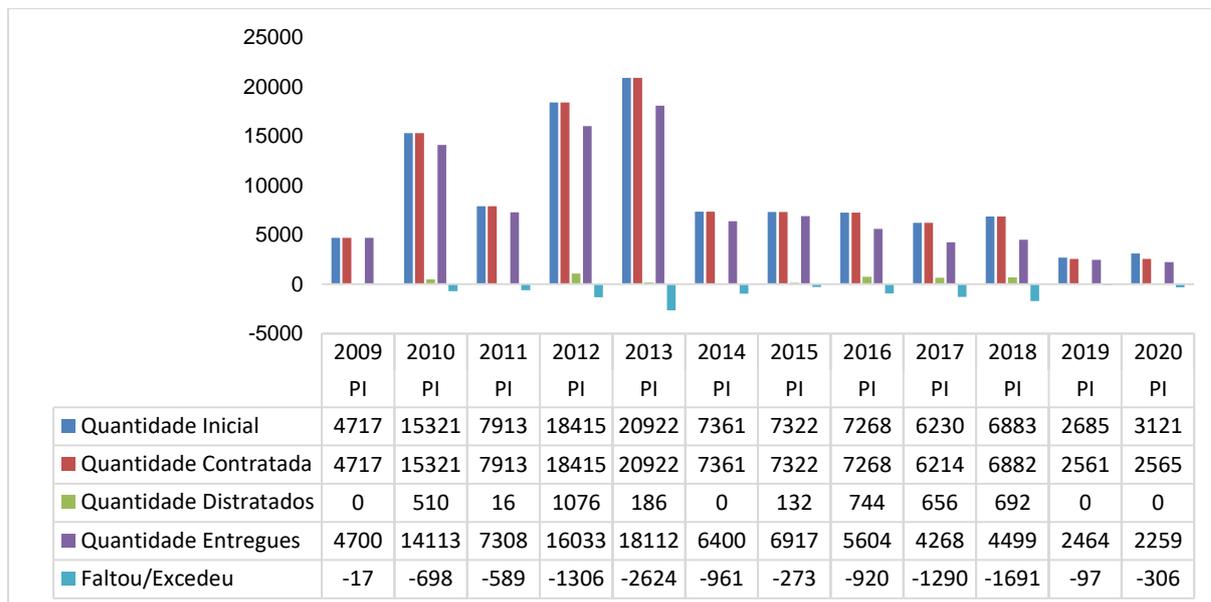
Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

Analisando o gráfico 17 que se refere ao estado do Piauí percebe-se que somente nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 as quantidades iniciais são diferentes das quantidades contratadas, nos anos anteriores, no começo do programa os números são exatamente iguais.

No primeiro sexênio do programa o estado do Piauí foi mais impactado, onde em 2013 foi o ano que mais ocorreu contratação, que foi 20.922 unidades; logo em seguida veio o ano de 2012 com 18.415 unidades e 2010 com 15.321 unidades. Referente as unidades distratadas, somente nos anos de 2009, 2014, 2019 e 2020 nenhuma unidade foi desfeita, em todos os outros anos teve essa ocorrência.

Sobre as faltas e excessos, em todos os anos houve faltas, onde o ano que mais teve contratação, que foi em 2013, também foi o que mais apresentou falta, com 2.624 unidades e o ano que menos apresentou unidades faltantes foi em 2009 com apenas 17 unidades.

Gráfico 17: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Piauí de 2009 até 2020



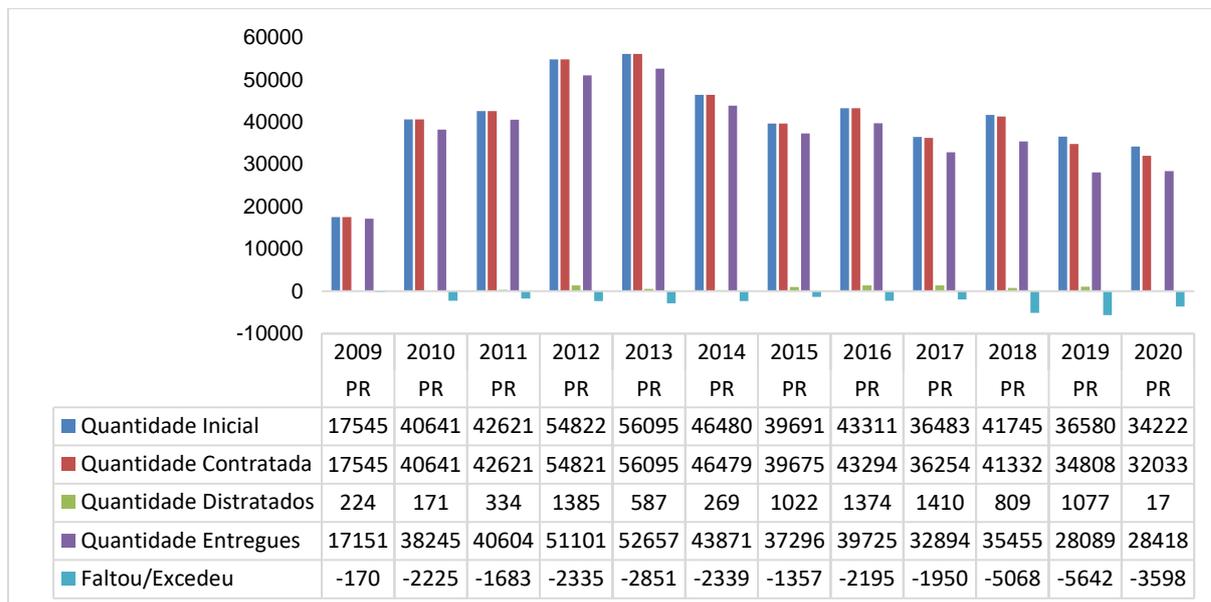
Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

No gráfico 18 do estado do Paraná se percebe que até o ano de 2013 o programa teve um grande progresso, após 2014 os números começaram a oscilar; apenas em 2009, 2010, 2011 e 2013 as quantidades iniciais eram exatamente iguais as quantidades contratadas, os outros anos todos tiveram divergências.

Os anos que mais ocorreram contratações no estado do Paraná foram 2013, 2012 e 2014. No ano de 2013 foi 56.095 unidades contratadas, em 2012 foi 54.822 unidades iniciadas e 54.821 contratadas, no ano de 2014 foram 46.480 unidades iniciadas e 46.479 realmente contratadas.

No que se refere as quantidades distratadas, em todos os anos teve essa ocorrência, em 2017 foi o ano que mais teve, com 1410 unidades e no ano de 2020 o que menos ocorreu, com 17 unidades desfeitas. Referente as faltas e excessos, em todos os anos aconteceu de os números não fecharem, levando em conta a quantidade inicialmente contratada, subtraindo as distratadas e concluir com as unidades entregues. O ano que mais ocorreu unidades faltantes foi em 2019 com 5.642 unidades e no ano de 2009 apresentou a menor quantidade, 170 unidades apenas.

Gráfico 18: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Paraná de 2009 até 2020



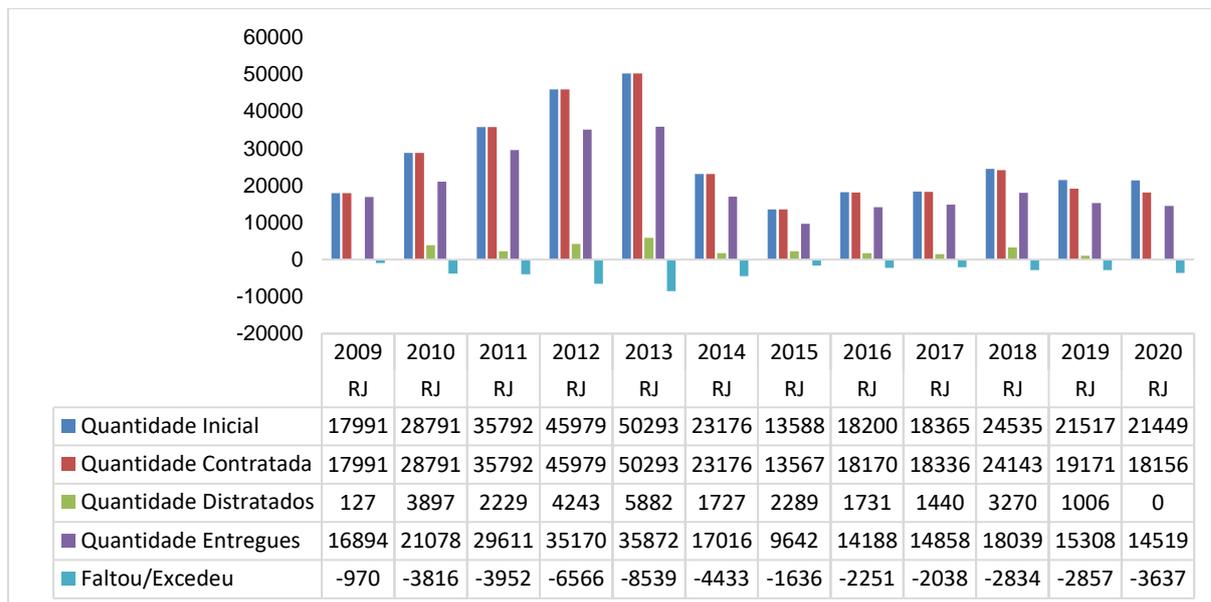
Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

No gráfico 19 do estado do Rio de Janeiro observa-se que durante o primeiro sexênio do programa as quantidades iniciais se mantiveram iguais as quantidades contratadas, já no segundo sexênio houve divergências e as quantidades contratadas se mantiveram inferiores as iniciais.

Nota-se que em 2013 foi o ano que mais sofreu impacto com o programa, no qual houve um maior número de contrato e também foi o que mais teve unidades distratadas e faltantes. No ano de 2013 as contratações foram de 50.293 unidades, enquanto que em 2015 o ano que menos teve contratação, iniciou com 13.588, mas realmente contratado foi 13.567 unidades.

No estado do Rio de Janeiro apenas em 2020 não teve unidade distratada, como já mencionado anteriormente o ano mais impactado também houve mais unidade distratada, que foi em 2013 com 5.882 unidades. Agora tratando das faltas e excessos, nesse estado em todos os anos ocorreram faltas, os anos que mais ocorreram unidades faltantes foram 2013 com 8.539 unidades, logo vem 2012 com 6.566 e 2014 com 4.433 unidades.

Gráfico 19: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Rio de Janeiro de 2009 até 2020



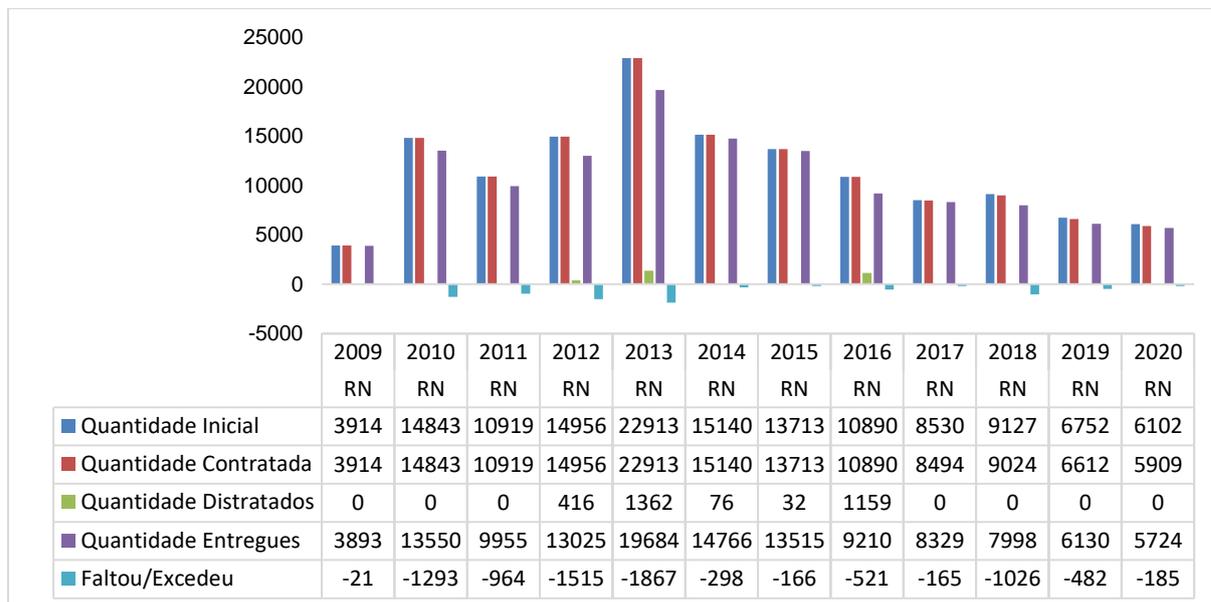
Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

O 20º gráfico referente ao estado do Rio Grande do Norte nota-se que o ano mais foi afetado pelo programa foi o de 2013, os números vinham oscilando até esse ano, logo após começou a baixar; com exceção de 2018 que teve um leve aumento comparado ao ano anterior. Analisando as quantidades iniciais e as contratadas, somente nos anos de 2017 a 2020 houve diferenças, nos outros anos os números permaneceram iguais para ambos.

Em relação as contratações, o ano de 2013 foi o que mais teve contratações, com 22.913 unidades, no ano que iniciou o programa, 2009, foi 3.914 unidades, ano que menos teve contratação. Sobre as unidades distratadas, ocorreram dos anos de 2012 até 2016, pois os outros anos finalizaram com nenhuma unidade desfeita.

No que tange as faltas e excessos, os números não fecharam de acordo com a quantidade inicialmente contratada, descontando as distratadas e com o que realmente foi entregue, desta forma, em todos os anos nesse estado ocorreram faltas, diferente das unidades distratadas que foi apenas em alguns o ano essa ocorrência, o ano que mais ocorreu foi em 2013 com 1.867 unidades faltantes e em 2009 o ano que menos teve, com 21 unidades.

Gráfico 20: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Rio Grande do Norte de 2009 até 2020



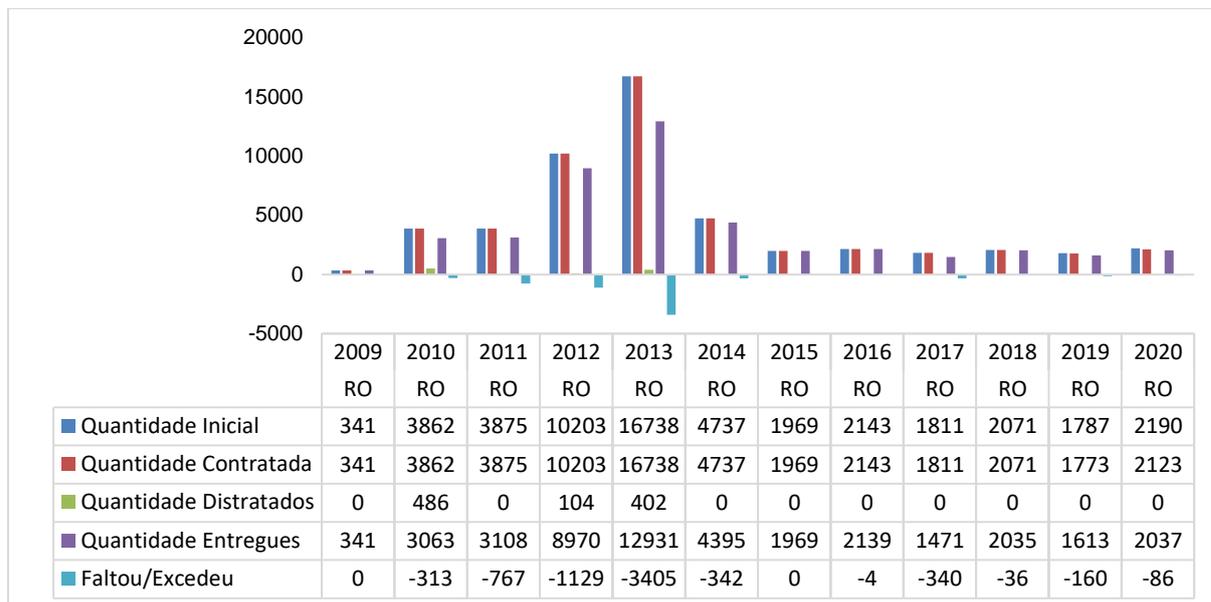
Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

No 21º gráfico referente ao estado de Rondônia, pode-se constatar que começou tendo pouco impacto com o programa, onde em 2009, o primeiro ano do programa teve apenas 341 unidades contratadas, apenas o ano de 2013 foi o que mais ocorreu contratação, com 16.738 unidades iniciadas e o mesmo número foi de contratada, somente nos últimos dois anos aconteceu de a quantidade inicial ser distinta da quantidade contratada.

Percebe-se também no gráfico abaixo que em poucos anos ocorreram contratos desfeitos, a maioria se encerrou em zero unidade. Os únicos anos que tiveram contratos desfeitos foram em 2010, 2012 e 2013, onde em 2010 houve 486 unidades, em 2013 foi 402 unidades e em 2012 foi 104 unidades distratadas.

No que se refere as unidades que faltaram ou se excederam, na maioria dos anos ocorreram faltas, com exceção de 2009 e 2015 que fechou em zero essa categoria. O ano que mais ocorreu falta foi em 2013 com 3.405 unidades, ano também que mais aconteceu contratação.

Gráfico 21: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado de Rondônia de 2009 até 2020



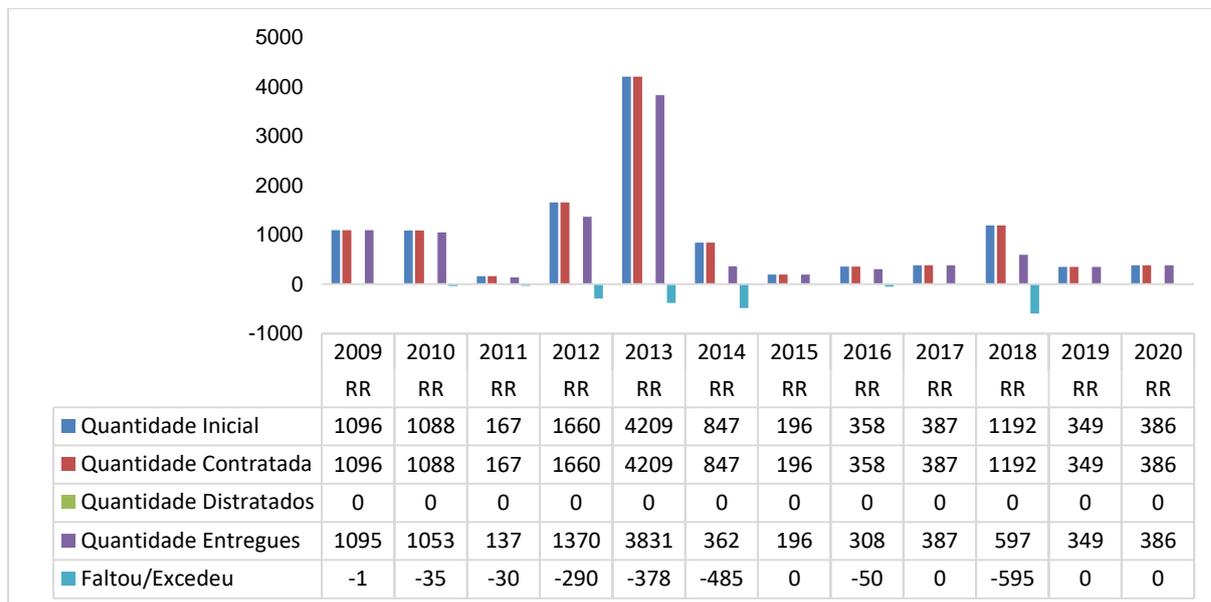
Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

Analisando o gráfico 22 que é referente ao estado de Roraima, percebe-se que o ano de 2013 foi o que mais teve contratação, arriscando-se dizer que os outros anos não chegaram nem a 50% das contratações que ocorreu em 2013 que foi de 4.209 unidades.

Durante todo o período do programa em Roraima as unidades contratadas se mantiveram exatamente iguais as unidades iniciadas, ou seja, todos os contratos que iniciaram realmente foram contratados e em nenhum dos anos aconteceu de ter unidades desfeitas, em todos fecharam com zero unidade distratada.

Entretanto, no que se refere as faltas e excessos, em apenas quatro anos fecharam em zero, no qual, a quantidade que foi contratada realmente foi entregue; esse fato ocorreu nos anos de 2015, 2017, 2019 e 2020. Em todos os outros anos tiveram faltas, visto que, os números não fecham de acordo com as unidades contratadas, subtraindo as desfeitas e o que foi entregue, neste estado o ano que mais ocorreu falta foi em 2018 com 595 unidades.

Gráfico 22: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado de Roraima de 2009 até 2020



Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

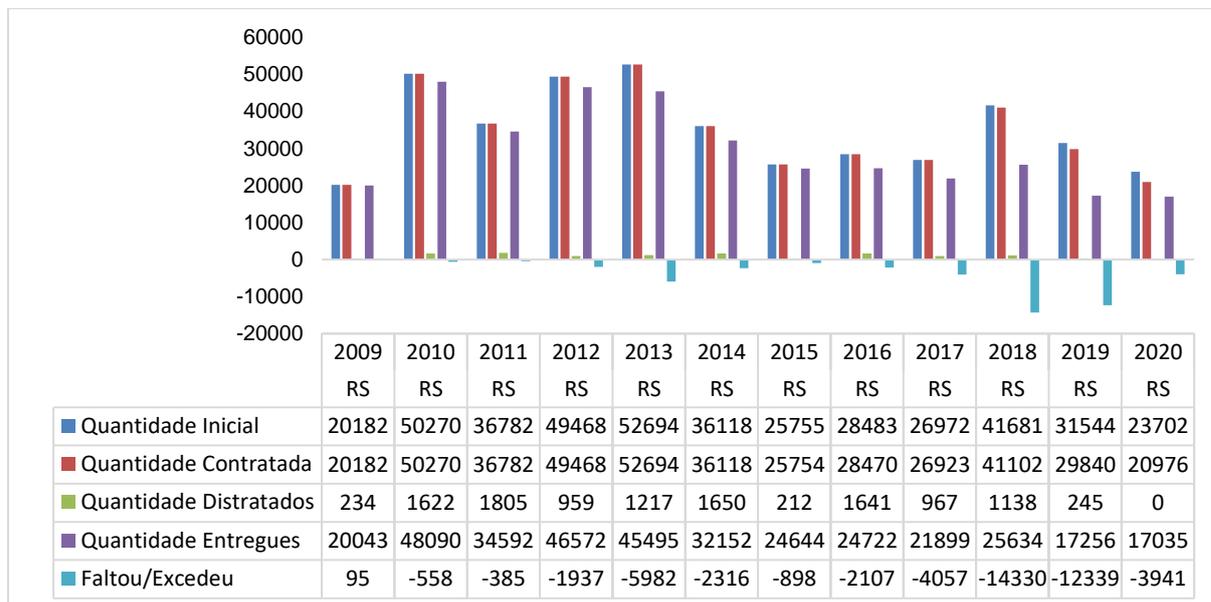
Observando o gráfico 23 referente ao estado do Rio Grande do Sul, observa-se que as contratações através do programa tiveram altos e baixos, mas considerando o ano que mais teve contratação e o que menos teve, pode-se dizer que se teve bons resultados com o programa. O ano que mais teve contratação foi em 2013 com 52.694 unidades e o ano que menos ocorreu foi em 2019 com 20.182 unidades.

Em relação as diferenças nos números entre a quantidade inicial e quantidade contratada no primeiro sexênio do programa os números se mantiveram iguais, somente a partir do segundo sexênio que as unidades contratadas ficaram inferiores as iniciadas.

Já analisando as unidades distratadas, somente no ano de 2020 aconteceu de nenhuma unidade ser distratada, pois nos anos anteriores todos tiveram algum número, na qual, em 2011 foi o que mais houve, com 1.805 unidades distratadas.

No que tange as faltas e excessos, apenas no primeiro ano do programa, em 2009, ocorreu de ter excessos nas unidades ao invés de faltas, apresentou 95 unidades a mais terem sido entregues conforme as informações do gráfico, nos outros anos ocorreu somente faltas, onde em 2018 foi de 14.330 unidades, ano em que mais ocorreu falta.

Gráfico 23: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Rio Grande do Sul de 2009 até 2020



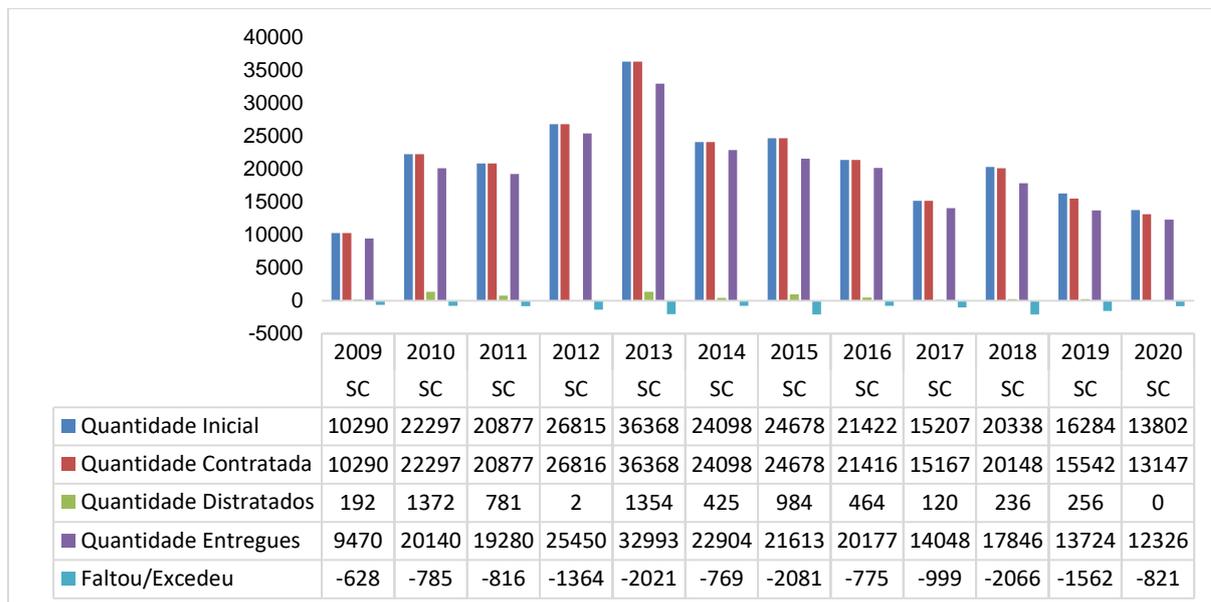
Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

No gráfico 24 que se refere ao estado de Santa Catarina, percebe-se que no primeiro sexênio apenas o ano de 2012 a quantidade contratada teve uma unidade a mais que a quantidade inicial, no segundo sexênio, com exceção de 2015 que foi igual para ambos, todos os outros anos tiveram diferenças nas quantidades contratadas e iniciais.

O ano de 2013 foi o ano mais impactado pelo programa, na qual houve 36.368 contratações, e no ano de 2009 que foi o primeiro ano do programa, foi o que menos apresentou unidades contratadas, foram 10.290.

Referente as unidades distratadas, em 2010 foi o ano que mais houve, com 1.372 unidades, já em 2020 o ano fechou com nenhuma unidade desfeita. No que tange as faltas e excessos, em todos os anos conforme o gráfico o programa teve faltas, onde em 2015 foi o ano que mais aconteceu, com 2.081 unidades faltantes e no primeiro ano do programa foi o que menos ocorreu falta, com 628 unidades.

Gráfico 24: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado de Santa Catarina de 2009 até 2020



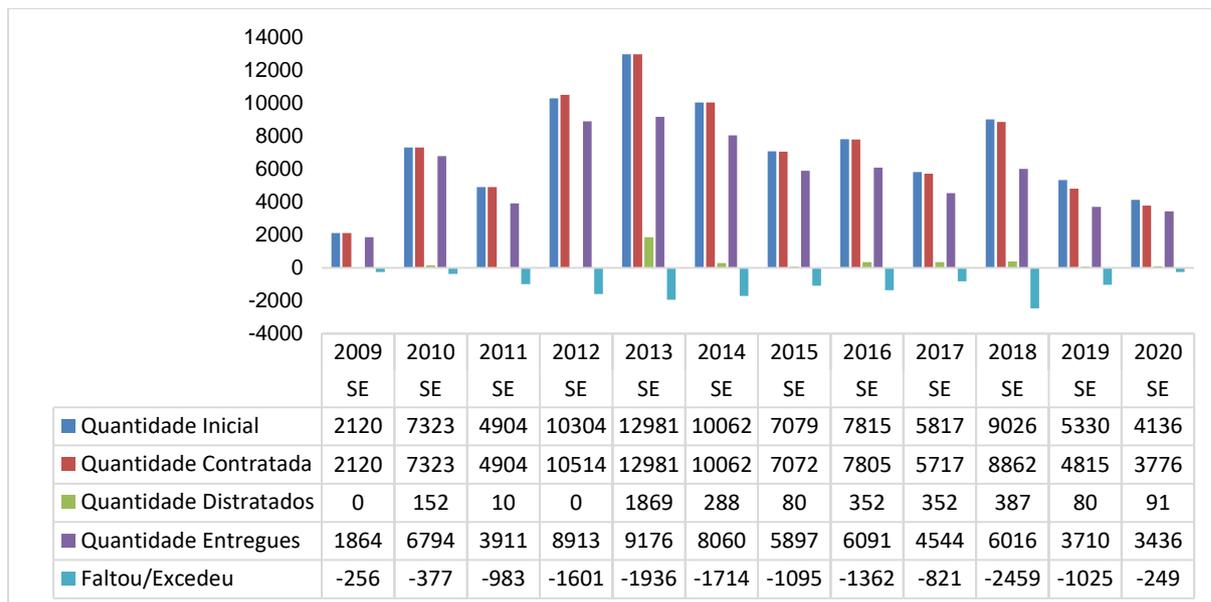
Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

No gráfico do estado de Sergipe, denominado o 25º, analisando o primeiro sexênio do programa, em todos os anos a quantidade inicial foi exatamente igual a contratada, com exceção de 2012 que a quantidade contratada foi superior a quantidade inicial, já no segundo sexênio ocorreu o oposto, em todos os anos os números foram diferentes e as quantidades contratadas foram menores que as iniciais. O ano mais impactado com o programa foi 2013 que teve 12.981 unidades contratadas e o que menos impactou nas contratações foi em 2009 com 2.120 unidades.

Ao que se refere as unidades distratadas, por dois anos foi finalizado em zero, que foi em 2009 e 2012. O ano de 2012 inclusive foi o ano que iniciou com uma quantidade e a contratação foi um número superior, este ano acabou não apresentando nenhum contrato desfeito. Já em 2013, no qual foi o ano que mais aconteceu contratação, foi o que mais teve unidades distratadas também, foram 1.869 unidades.

Analisando as faltas e excessos, em todos os anos ocorreram faltas, ou seja, não totalizou os números conforme deveria, pois o que foi iniciado, descontando o que foi distratado, não conclui de acordo com o que foi entregue, desta forma, faltou unidades serem esclarecidas, assim o ano que mais ocorreu falta foi em 2018 com 2.459 unidades e 2020 o ano com menos faltas, que foi de 249 unidades.

Gráfico 25: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado de Sergipe de 2009 até 2020



Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

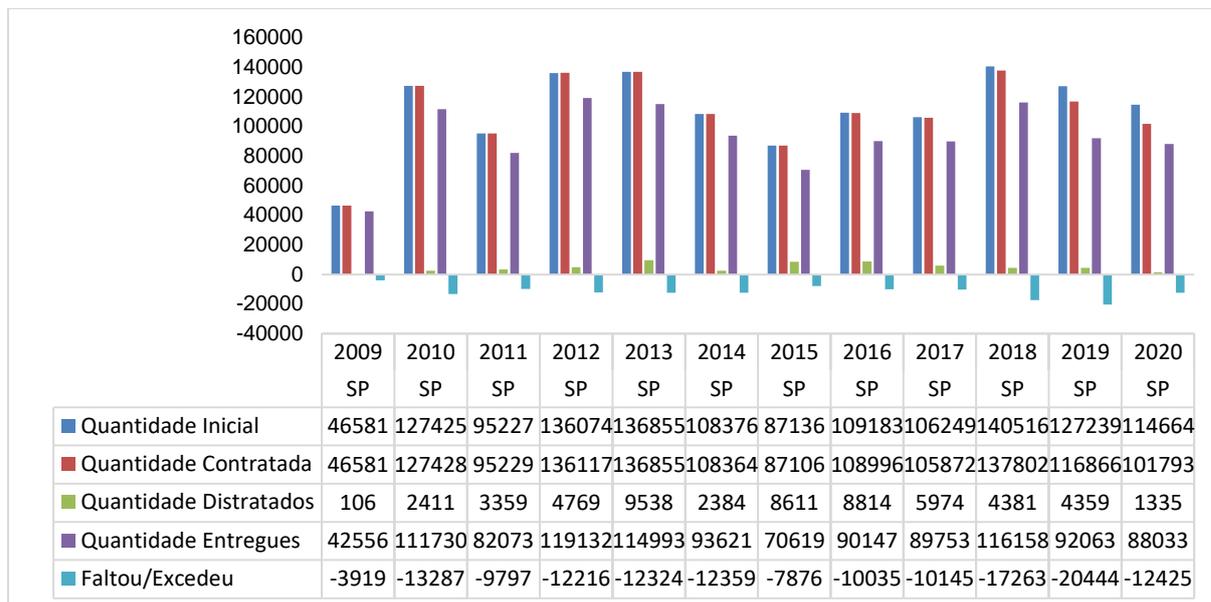
Analisando o gráfico 26 que se refere ao estado de São Paulo, pode-se constatar que foi entre todos os estados o que mais teve impacto durante o período de existência do programa conforme mostra o gráfico, foi o estado que mais houve contratações de unidades.

O ano de 2018 foi o mais impactado, com 140.516 unidades iniciadas e contratadas foram de 137.802 unidades, o ano de 2009 foi o que menos houve contratação, foi de 46.581 unidades, mas mesmo assim um número expressivo perto de outras contratações em outros estados.

Referente as unidades distratadas, o fato ocorreu em todos os anos, em alguns mais e outros menos, o ano de 2013 que foi o segundo com maior contratação, foi também o ano que mais houve unidades distratadas, com 9.538 unidades e no primeiro ano, em 2009, o que menos ocorreu, com 106 unidades desfeitas.

No que tange as faltas e excessos, em todos os anos no estado de São Paulo houve faltas, o ano que mais ocorreu foi em 2019 com um número de 20.444 unidades faltantes, no ano de 2009, o primeiro ano do programa, assim como o que menos houve contratação, foi também o que menos teve faltas, com 3.919 unidades faltantes.

Gráfico 26: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado de São Paulo de 2009 até 2020



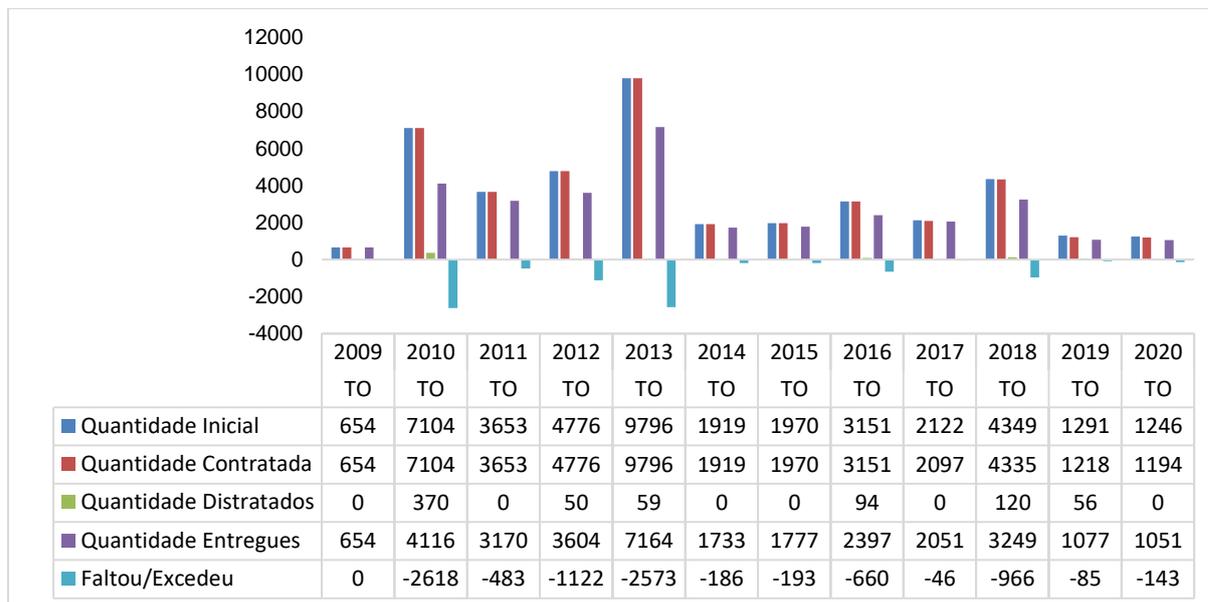
Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

No gráfico 27 do estado do Tocantins os anos mais impactados pelo programa foram 2013 e 2010, com 9.796 unidades e 7.104 unidades contratadas respectivamente, nos outros anos as contratações não oscilaram muito, o ano que menos teve contratação foi em 2009 com apenas 654 unidades.

Nota-se que do início do programa até o ano de 2016 as quantidades iniciais eram estritamente iguais as quantidades contratadas, agora de 2017 até 2020 as quantidades contratadas se tornaram inferiores as iniciais. Referente as unidades distratadas, em seis anos do programa fechou em zero as unidades distratadas, e nos outros seis anos teve essa ocorrência, onde em 2010 foi o ano que mais ocorreu com 370 unidades.

Em relação as faltas e excessos no estado do Tocantins, apenas no primeiro ano fechou em zero, onde as unidades que iniciaram foram realmente contratadas, não ocorreu nenhuma unidade distratada e o número de unidades entregues foi o correto de acordo com os números apresentados, já nos outros anos todos tiveram faltas, no qual o ano de 2010 foi o que mais teve com 2.618 unidades faltantes para fechar o cálculo correto.

Gráfico 27: Quantidade de habitações iniciais, contratadas, distratadas e entregues no estado do Tocantins de 2009 até 2020



Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

3.2 Análise de habitações entregues em todo território brasileiro

Diante disso, é possível analisar as unidades que foram entregues com o Programa Minha Casa Minha Vida. Os mapas nos trazem a representação geográfica por quadriênio de como foi a evolução em cada estado do Brasil com o programa.

Como pode-se observar, o estado de São Paulo nesse primeiro quadriênio foi o estado que mais êxito obteve com o programa, uma vez que nesses quatro primeiros anos do programa os maiores números exemplificados no mapa foram de unidades entregues no estado de São Paulo, onde em 2009 foram 42.556 unidades, em 2010 foram 111.730 unidades, em 2011 foram 82.073 unidades e em 2012 foram 119.132 unidades entregues.

Pelos mapas percebe-se que em 2009 e 2010 a maioria dos estados das regiões sul e sudeste foram os que apresentaram as cores mais intensas, sendo assim, os estados que mais tiveram habitações entregues. Vale salientar que em 2009 o estado do Maranhão também teve uma quantidade significativa de habitações entregues.

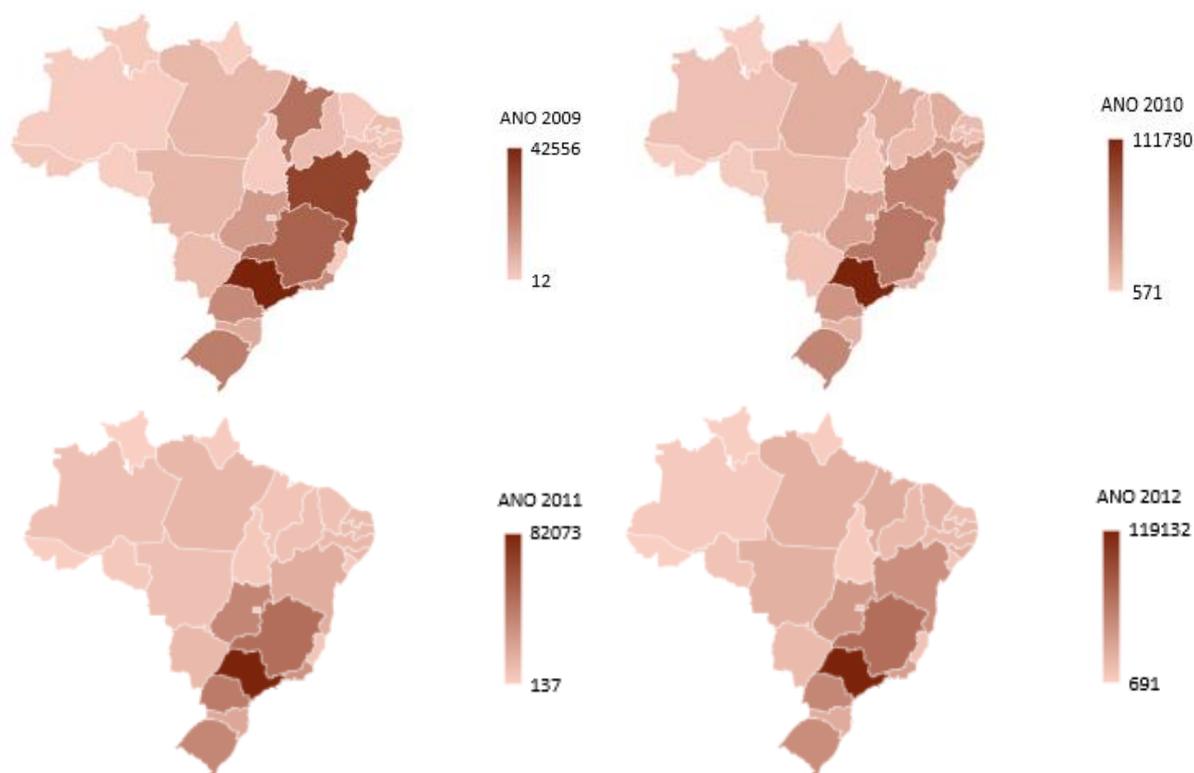
Já no ano de 2011 e 2012 as regiões sul e sudeste não ficaram em tanta evidência, acabou dando espaço para outros estados do Brasil ficarem equiparados, principalmente no ano de 2012; ano inclusive que comparado aos outros desse

quadriênio é o que mais teve unidades entregues, até mesmo o menor número de habitações entregues que foi de 691 unidades, foi maior que nos anos anteriores.

Analisando o ano de 2009, 2010, 2011 e 2012 o que menos teve unidades entregues foi em 2009 como apenas 12 habitações, que corresponde ao estado do Amapá. No ano de 2010 o menor número de unidades entregues foi de 571 habitações e que se refere também ao estado Amapá. Já no ano de 2011 foi o estado de Roraima que teve somente 137 habitações entregues e no ano de 2012 as 691 unidades entregues se refere ao estado do Acre.

Percebe-se então que somando todas as unidades entregues nesses quatro primeiros anos, no ano de 2009 totalizou em 247.422 unidades entregues, em 2010 finalizou com 611.141 unidades, no ano de 2011 foram 423.527 unidades entregues e em 2012 terminou com 667.438 habitações sendo entregues. De acordo com o total de unidades entregues durante todos os anos do programa, os anos de 2009, 2010, 2011 e 2012 foram representados percentualmente por 4,68%, 11,56%, 8,01% e 12,62 de habitações entregues, respectivamente durante a vigência do programa.

Figura 1: Mapas das quantidades de habitações entregues no PMCMV por estado no período de 2009 a 2012



Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

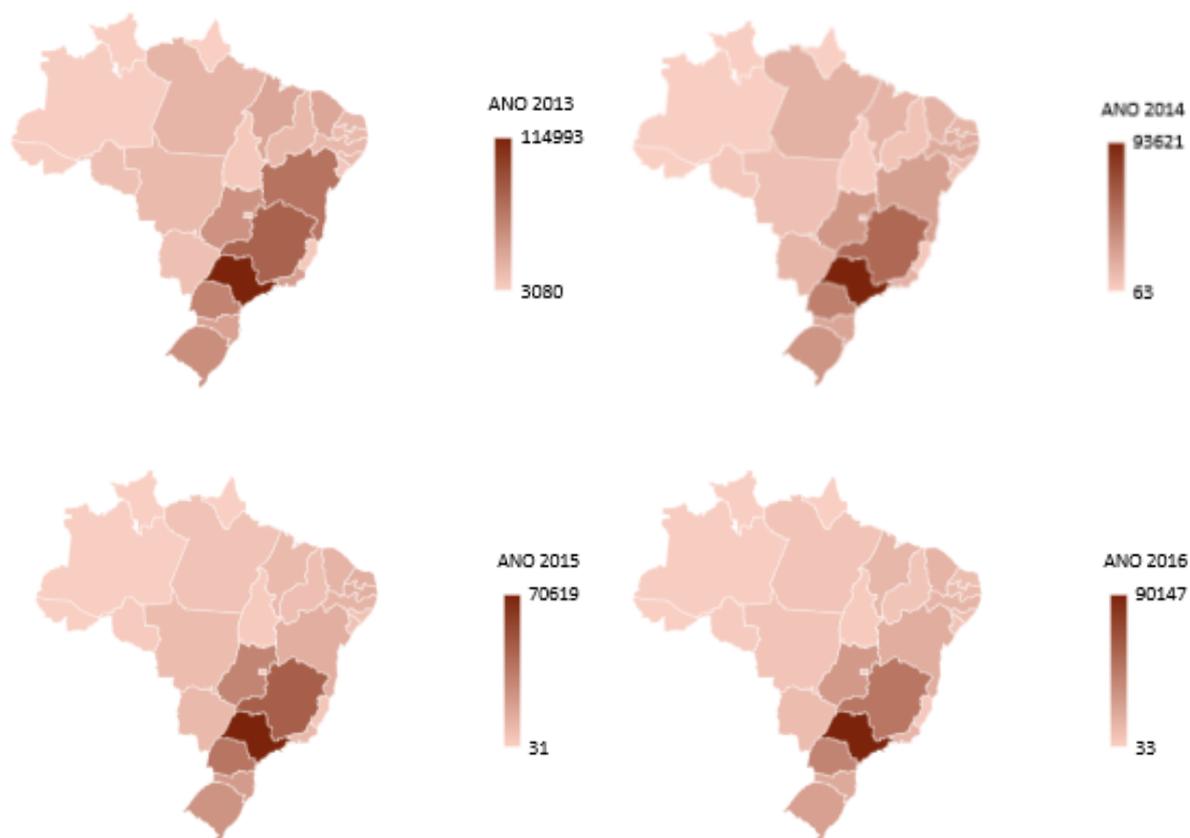
Em se tratando do próximo quadriênio do programa, que se refere aos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, percebe-se que novamente o estado de São Paulo é o estado que mais apresentou resultado com o programa, em 2013 foram 114.993 unidades entregues, em 2014 o número foi um pouco menor, foi 93.621 unidades entregues, em 2015 foram 70.619 unidades entregues e 2016 o número de habitações deu uma melhorada, foram 90.147 entregues.

Analisando a cada ano os menores números de habitações que foram entregues, no ano de 2013, 2014 e 2015 os menores números de unidades entregues corresponderam ao estado do Amapá, tendo sido, 3.080 unidades em 2013, 63 unidades em 2014 e 31 unidades entregues no ano de 2015. Já no ano de 2016 as 33 habitações entregues que foi a menor do ano se refere ao estado do Acre.

Logo, buscando analisar o ranking dos estados que mais tiveram habitações entregues, após o estado de São Paulo que está em primeiro lugar, levando em consideração os anos de 2013 a 2016; tem o estado de Minas Gerais, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás no ano de 2013. Em 2014 a ordem se dá por Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás e Bahia. Nos anos de 2015 e 2016 a ordem dos estados que mais tiveram entregas de habitações é igual, que são os estados de Minas Gerais, Paraná, Goiás, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Comparando os anos de 2013 a 2016 o ano de 2013 foi o que mais teve sucesso, com 720.669 habitações entregues durante todo o ano, o que representa em 13,63% de unidades entregues durante a existência do programa, o ano de 2014 representa percentualmente 9,21%, onde teve 487.262 habitações entregues, em 2015 foram 364.113 unidades entregues, representando em 6,89% em unidades que foram entregues e no ano de 2016 foram 399.745 habitações, indicando 7,56% de habitações entregues enquanto o PMCMV se fez presente.

Figura 2: Mapas das quantidades de habitações entregues no PMCMV por estado no período de 2013 a 2016



Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

Passando a analisar os últimos quadriênios, eles não tiveram tanta representatividade no programa como nos outros, uma vez que, a quantidade de unidades realmente entregues foram diminuindo a cada ano, com exceção do primeiro ano, 2009, que esse foi o menor, até compreensível, visto que, recém era o primeiro ano do programa.

Analisando os menores números apresentados na figura abaixo, no ano de 2017 o estado do Amapá foi o que menos apresentou habitações entregues, foram 64 unidades. No ano seguinte, em 2018, as 95 unidades entregues correspondem ao estado do Acre, o mesmo aconteceu em 2019 e 2020, os menores números de unidades entregues é do estado, onde tiveram 35 habitações entregues em 2019 e 28 no ano de 2020.

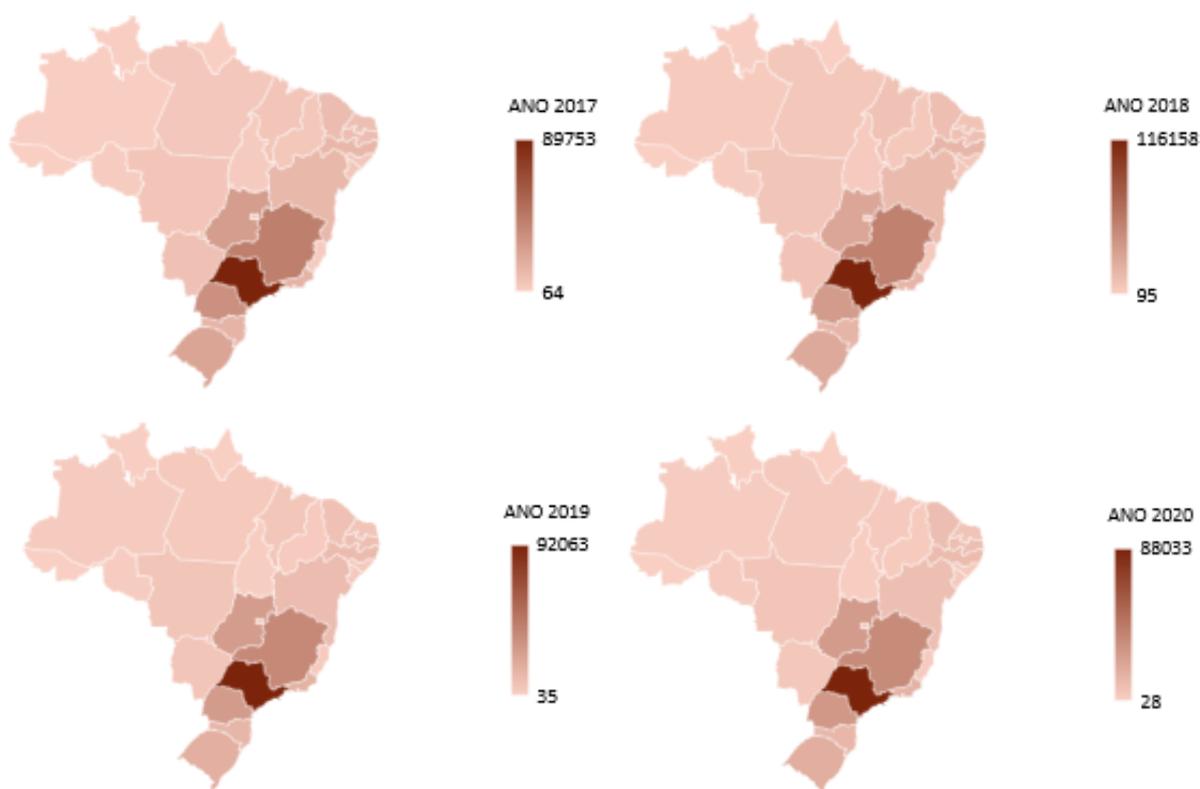
Como pode-se perceber, o estado de São Paulo nesses últimos anos também foi o que mais entregou habitação, onde comparando os outros quadriênios o ano de 2018 foi o que mais se destacou, com 116.158 unidades entregues, no ano de 2017

foram 89.753 unidades, em 2019 foram 92.063 e em 2020 foram 88.033 unidades entregues.

Além disso, em um ranking de 5 estados que mais tiveram entregas de habitações, com exceção de São Paulo, que esteve em primeiro lugar em unidades entregues em todos os anos, considera-se do ano de 2017 até 2020, nesta ordem: Minas Gerais, logo vem o Paraná, depois Goiás, após vem o Rio Grande do Sul e por último o Rio de Janeiro, em todos esses anos a sequência de estados que mais fez entrega de habitações permaneceu a mesma.

Quanto ao percentual de unidades entregues em cada ano do programa, percebe-se que o ano de 2018 foi o que mais se destacou, onde teve 418.785 unidades entregues durante todo esse ano, representando em 7,92% de habitações entregues, já no ano de 2017 teve 6,4%, no ano de 2019 foi 5,9% e no último ano, em 2020, foi 5,62% que representou em habitações que foram entregues com o PMCMV.

Figura 3: Mapas das quantidades de habitações entregues no PMCMV por estado no período de 2017 a 2020



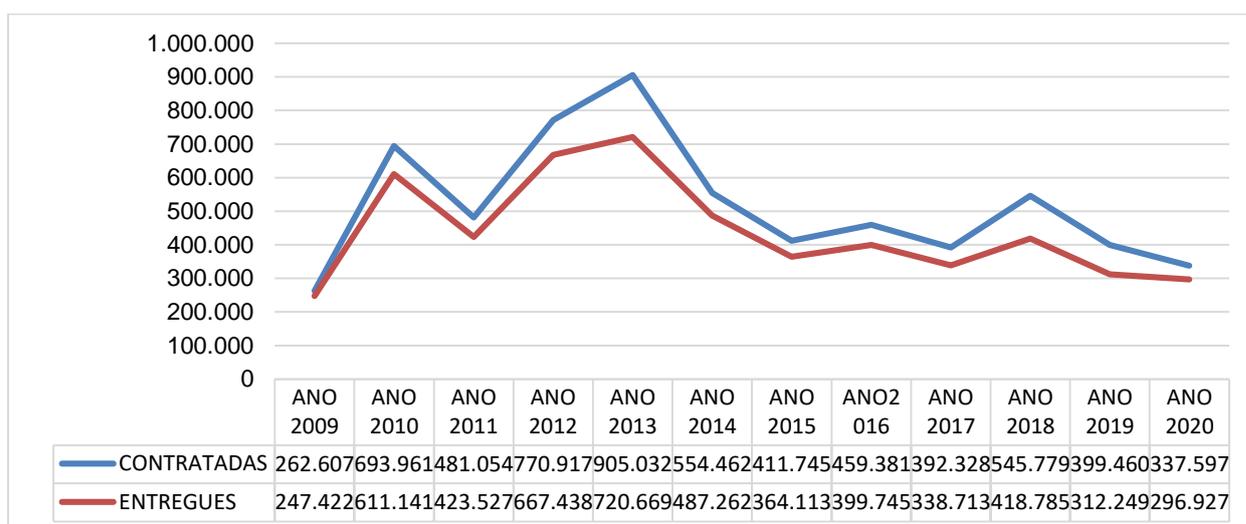
Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

No gráfico abaixo pode-se perceber as oscilações que ocorreram durante a existência do programa Minha Casa Minha Vida nas unidades que foram contratadas e habitações entregues.

Até o ano de 2012 ocorreu variações tanto nas unidades contratadas como nas habitações que foram entregues, já em 2013 percebe-se que foi o ano mais impactado enquanto durou o programa, bem como nas contratações como em habitações que foram entregues.

Nota-se que logo após 2013 os números começaram a ter uma queda, apenas em 2018 deu uma leve oscilada, mas o comportamento entre as unidades contratadas e as entregues são semelhantes, a evolução de ambas são simultâneas.

Gráfico 28: Oscilações das quantidades de habitações que foram contratadas e entregues no período de 2009 a 2020.



Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

3.3 Análise dos valores das operações destinada a cada região brasileira

No gráfico 29, é apresentado os percentuais dos valores das operações que foi destinado para cada região durante a existência do programa. Ou seja, a importância que foi destinada para cada região para fins de auxiliar no PMCMV. Sendo ela pública ou privada, assim dizendo, subsídios vindos do governo ou financiamentos através do FGTS, respectivamente.

Em uma classificação do estado que mais recebeu ao que menos recebeu auxílio com o programa está: São Paulo (SP), Minas Gerais (MG), Paraná (PR), Goiás (GO), Rio Grande do Sul (RS), Rio de Janeiro (RJ), Santa Catarina (SC), Bahia (BA),

Pernambuco (PE), Ceará (CE), Paraíba (PB), Maranhão (MA), Rio Grande do Norte (RN), Mato Grosso do Sul (MS), Pará (PA), Mato Grosso (MT), Alagoas (AL), Piauí (PI), Sergipe (SE), Espírito Santo (ES), Distrito Federal (DF), Rondônia (RO), Tocantins (TO), Amapá (AP), Roraima (RR), Acre (AC) e Amazonas (AM).

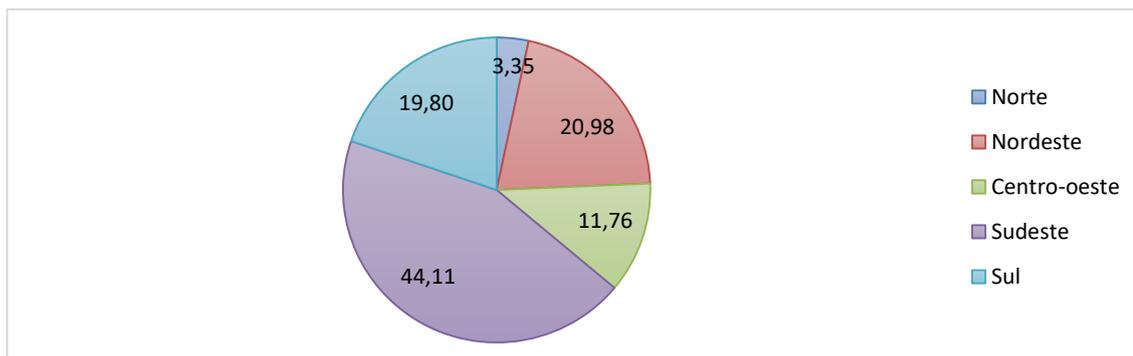
No que tange a assistência do programa, verifica-se os 5 estados que mais receberam e os que menos receberam valores com o PMCMV. Entre os 5 que mais receberam tem São Paulo com um valor de operação de 149.783.310.919,37, depois Minas Gerais com 63.185.037.206,02, logo vem o Paraná com 48.695.951.314,00, logo após vem Goiás com 40.414.911.305,76 e por último o Rio Grande do Sul com 36.905.527.620,27. Os estados que menos receberam assistência foram Amazonas que foi de 36.626.669,71, o Acre com 540.781.920,57, Roraima com 748.658.303,32, Amapá que foi de 789.135.512,26 e Tocantins com 2.745.261.967,40.

Percebe-se que o estado de São Paulo foi o que mais teve estímulo, foi também o que mais teve habitações entregues, como constatado anteriormente, assim como, os estados que menos tiveram estímulo foram os que menos tiveram unidades entregues com o programa, como foi o estado do Amapá, Acre e Roraima, que foram mencionados diversas vezes.

Além disso, os estados que mais tiveram apoio do programa, naturalmente foram os que mais entregaram habitações, mas também foram os estados que mais tiveram unidades desfeitas e faltas, assim como, os que tiveram menos assistência quase não tiveram unidades desfeitas e faltas, como por exemplo o estado de Roraima que durante a existência do programa não teve nenhuma unidade desfeita.

Referente aos 5 estados que mais receberam valores e a localização dos mesmos, a concentração se deu na região sudeste com o estado de São Paulo e Minas Gerais; na região sul com o estado do Paraná e Rio Grande do Sul e na região Centro-Oeste com o estado de Goiás, os demais estados também receberam assistência, mas valores inferiores ao que foi passado a esses estados.

Gráfico 29: Percentuais dos valores das operações por região no período de 2009 a 2020.



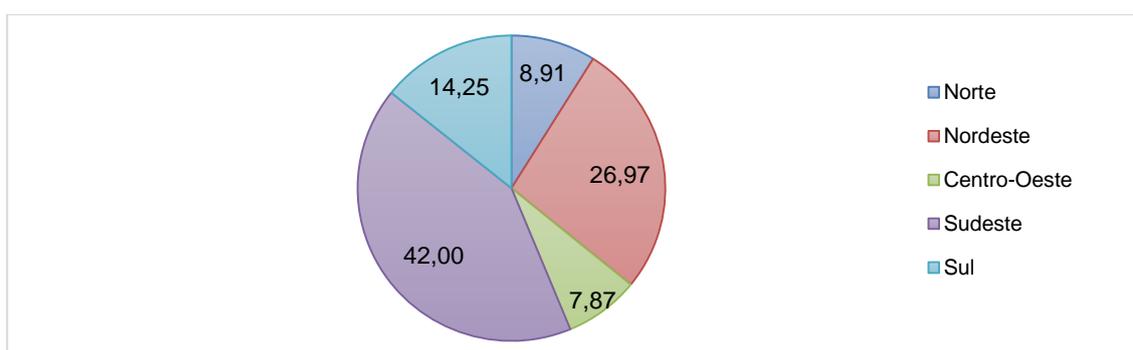
Fonte: Portal brasileiro de dados abertos. Elaborado pela autora. Disponível em: (<https://dados.gov.br/>) Acesso em: 29 jul. 2021.

Desta maneira, de acordo com o gráfico 29 da variação percentual dos valores que foram destinados para cada região, consta a região Sudeste com 44,11% dos valores do programa, o Nordeste com 20,98%, a região Sul com 19,80%, o Centro-oeste com 11,76% e no Norte apenas 3,35% dos valores destinados ao programa.

No gráfico abaixo, percebe-se a variação percentual da população brasileira em cada região, onde a população fica mais concentrada na região Sudeste e no Nordeste do país.

O Sudeste é representado por 42,00% da população brasileira, já o Nordeste tem 26,97% residindo na região, logo vem o Sul com 14,25%, o Norte com 8,91% da população e por último o Centro-Oeste com 7,87% de residentes na região.

Gráfico 30: Percentual da população brasileira por região.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Elaborado pela autora, com base nos dados do IBGE. Disponível em: (<https://www.ibge.gov.br/>).

Portanto, referente aos valores das operações que foram repassadas as regiões; levando em conta a sua população, é possível dizer que as três regiões mais populosas foram as que mais receberam estímulos do programa, onde o Sudeste e o Sul receberam valores superiores ao percentual de sua população e o Nordeste

recebeu um pouco menos que o percentual da sua população, mas mesmo assim foi um número bastante expressivo, visto que, foi a segunda região que mais recebeu valor oriundo do programa. A região centro-oeste também recebeu valores superiores à sua população, já a região Norte foi a que menos recebeu valores provenientes do programa, logo, os números não foram tão significativos nessa região levando em conta a sua população.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar a evolução que se obteve com o programa Minha Casa Minha Vida no período de 2009 a 2020 no Brasil, dado que, o acesso à moradia é de extrema importância para a população, é visto como uma liberdade para o indivíduo e conseqüentemente para o desenvolvimento do país.

Portanto, quando se fala de política pública o que nos remete é que servirá para resolver problemas, porém, ela não é apenas isso, é um conjunto sistemático de ações criado para que os governantes coloquem em prática visando mudanças e resultados nos países.

Visando resolver ou até mesmo amenizar o déficit habitacional brasileiro o Programa Minha Casa Minha Vida foi criado, e teve como objetivo principal facilitar a aquisição de uma moradia àquelas famílias mais carentes.

O programa contribuiu principalmente com a população que se enquadrava na faixa 1, na qual era a mais carente, com renda de zero a três salários mínimos. Eles tiveram subsídios quase total do programa para assim adquirir a sua moradia, desta forma, se tornando o programa mais voltado a ajudar a faixa 1, pois os outros programas eram mais voltados à renda média.

No que tange os pontos negativos e positivos do programa, percebe-se que ocorreram problemas em algumas habitações, como o fato da localização, que algumas habitações foram realizadas em lugares afastados da região central e isso causava problema para os moradores. Todavia, o fato do indivíduo possuir uma residência fixa, tendo saneamento, mobilidade, infraestrutura, um melhor acesso à saúde, educação, segurança, entre outros; logo, os pontos positivos se evidenciam.

Analisando os dados coletados de 2009 a 2020 que foi o período que durou o programa, pode-se notar que em alguns estados a quantidade de contratação muitas vezes não foi a mesma que se iniciou, ocorreu também de diversas unidades terem sido distratadas ocasionando em as unidades entregues sofrerem uma redução de acordo com o que foi contratado.

Pelos mapas pode-se destacar que entre os 26 estados mais o distrito federal, um dos anos que mais surpreendeu com unidades contratadas foi o de 2013, visto que, de todos os estados, 20 deles tiveram o maior número de contratações de habitações através do programa nesse ano; neste ano também ocorreu mais habitações sendo entregues através do programa.

Verifica-se também que houve discrepância nos números, pois em determinados estados ocorreram as faltas ou unidades que se excederam. Onde o número de unidades que eram contratadas subtraindo o que tinha sido contratado durante determinado ano, não fechava com as unidades que tinham sido entregues, ou seja, em alguns estados faltou algumas unidades serem esclarecidas corretamente.

De certo modo, é possível verificar que em alguns estados houve mais habitações entregues, como no caso de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Goiás e Rio Grande do Sul que foram os que mais entregaram durante a vigência do programa, conseqüentemente, foram esses os estados que mais receberam valores de operação também, e apenas São Paulo, Minas Gerais e Paraná estão no ranking dos 5 estados com maior população do Brasil.

Portanto, referente aos valores de operação e a população brasileira, pode-se dizer que a maioria das regiões receberam valores oriundos do programa por conta da população que reside na região, uma vez, que a região Sudeste e Nordeste são as mais habitadas também foram as que mais receberam valores.

Desta forma, pode ter ocorrido algumas adversidades durante a existência do programa, mas o Programa Minha Casa Minha Vida foi uma referência no Brasil, onde trouxe subsídios jamais visto antes em outros programas para então atender principalmente as famílias de baixa renda.

Vale ressaltar que o tema do trabalho não se finda aqui, podendo abrir caminho para que futuros pesquisadores se aprofundem na questão relacionada a faixa 1 do programa, verificando se realmente essa população foi a mais impactada como era o propósito do programa.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DA FONSECA, J. J. S. **Apostila de metodologia da pesquisa científica**. João José Saraiva da Fonseca, Universidade Estadual do Ceará, 2002.

D' AMICO, F. **O Programa Minha Casa, Minha Vida e a Caixa Econômica Federal**. O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa: trabalhos premiados. 2011. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Caixa Econômica Federal.

FERREIRA, G. G.; CALMON, P.; FERNANDES, A. S. A.; ARAÚJO, S. M. V. G. Política habitacional no Brasil: uma análise das coalizões de defesa do sistema nacional de habitação de interesse social versus o programa minha casa, minha vida. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, e20180012. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.001.A004>.

DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL 2015. **Fundação João Pinheiro**. Belo Horizonte, Diretoria de Estatística e Informações, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUJARATI, D. **Econometria básica**. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

HOFFMANN, R. **Estatística para economistas**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2006

IBGE – <https://www.ibge.gov.br> Acesso em: 06 jul. 2022.

JESUS, P.; DENALDI, R. Experiências de regulação urbana e suas possibilidades: análise a partir do programa minha casa minha vida na região do grande abc (São Paulo). **Revista Eure**, São Paulos, v. 44, n. 132. p. 67-87. mai. 2018.

JUNIOR, G. C. A.; DUTRA, R. de L.; LOPES, R. L.; RODRIGUES, R. L. O Impacto do Programa Minha Casa, Minha Vida na economia brasileira: Uma análise de insumo-produto. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 177-189, jan./mar., 2014.

MARQUES, E., RODRIGUES, L. O programa minha casa minha vida na metrópole paulista: atendimento habitacional e padrões de segregação. **R. B. Estudos urbanos e regionais**. São Paulo. v. 15, n. 2, nov. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2013v15n2p159>

MENDES, G.; PAIVA, P. **Políticas públicas no Brasil: Uma abordagem institucional**. São Paulo, Saraiva, 2017. Recurso online.

MENEZES, G.; MOURÃO, L. Programa Minha Casa Minha Vida: Sob a perspectiva da qualidade de vida. **Psicoperspectivas**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol16-issue3-fulltext-1004>.

MONTEIRO, F.A. Habitação popular em Curitiba/PR: da criação da cohab a implementação do programa minha casa minha vida. In: **XVII ENANPUR**, São Paulo, 2017.

NUNES, B. N. **Análise sobre as ações sociais de educação da Unipampa campus de São Borja-RS para o desenvolvimento territorial**. 2019. 101f. Dissertação Mestrado em Políticas Públicas, Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2019.

PEQUENO, L. R. B.; ROSA, S. V. Inserção urbana e segregação espacial: análise do programa minha casa minha vida em Fortaleza. In: **XVI Encontro Nacional ANPUR**, Belo Horizonte, 2015.

PINTO, G. E.; GEORGES, M. R. R. A produção científica sobre o Programa Minha Casa Minha Vida: O que se tem pesquisado e perspectivas para novos estudos. In: **XX Engema Encontro Internacional sobre Gestão Ambiental e Meio Ambiente**, São Paulo. ISSN: 2359-1048. Dez. 2018.

PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS - <https://dados.gov.br> Acesso em: 29 jul. 2021.

PRODANOV, C. C.; FREITAS E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUIRINO, B. S.; NETO, R. C. D. A.; CARVALHO, R. B.; GOULART, I. B. Análise do programa habitacional minha casa, minha vida nas perspectivas da inovação social e a evolução das políticas públicas. **Revista de gestão social e ambiental – RGSA**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 97-117, set./dez., 2015.

RODRIGUES, E. M. **Programa habitacional minha casa, minha vida: uma análise dos contratos em Santana do Livramento/RS**. 2018. 20f. Monografia de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2018.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas: Diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo, Cengage Learning, 2016. Recurso online

SILVA, D. C. **Participação Vazia: Formação, Traços e Resultados – Um estudo de psicologia social sobre o programa minha casa minha vida**. 2017. 113f. Dissertação Mestrado em Psicologia Social – Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologia**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez., 2006.

WOOLDRIDGE, J. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna**. São Paulo: Thomson Learning, 2005.